



PREFEITURA MUNICIPAL DE TANGARÁ DA SERRA/MT
GABINETE DO PREFEITO

Avenida Brasil – N.º 2351-N – Jardim Europa – Tangará da Serra – Mato Grosso – CEP 78.300-901
Telefone: (65) 3311-4807 – E-mail: assessorialegislativa@tangaradaserra.mt.gov.br

MENSAGEM DE PROJETO DE LEI ORDINÁRIA

Tangará da Serra/MT, 01 de outubro de 2025.

Excelentíssimo Senhor
EDMILSON PORFIRIO
Vereador
Presidente da Câmara Municipal
Tangará da Serra/MT

Excelentíssimo Senhor Presidente,
Excelentíssimos Senhores Vereadores,

Com os nossos cumprimentos, vimos perante esse Ínclito Poder Legislativo, encaminhar a inclusa propositura de Lei que DISPÕE SOBRE ALTERAÇÃO DA META FINANCEIRA DA LEI Nº 6.544, DE 15 DE JULHO DE 2024 E SUA ALTERAÇÃO – PLANO PLURIANUAL E DA LEI Nº 6.619, DE 27 DE SETEMBRO DE 2024 E SUA ALTERAÇÃO – LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS – LDO, E ABERTURA DE CRÉDITO ESPECIAL NO VALOR DE R\$ 109.000,00 (CENTO E NOVE MIL REAIS) NA ESTRUTURA DA LEI Nº 6.706, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2024 – LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL – LOA, DESTINADO A CUSTEAR DESPESAS DO GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A presente abertura de Crédito Adicional Especial, visa readequação orçamentária, com objetivo de custear as despesas com a realização da Pesquisa: "Territórios da Vulnerabilidade em Tangará da Serra: diagnóstico social multissegmentar para o fortalecimento de políticas públicas na rede de proteção", com a elaboração do Diagnóstico da realidade da menina, da adolescente, da mulher, da idosas e mulher em situação de rua.

Este crédito adicional especial ampara-se no inciso II do artigo 41 e artigo 42 da Lei 4.320, de 1964 e os recursos orçamentários utilizados são os previstos no artigo 43, § 1º, inciso III, os resultantes de anulação parcial ou total de dotações orçamentárias ou de créditos adicionais, autorizados em Lei.

Contando com o apoio costumeiro dos nobres pares e reiterando protestos de estima e apreço, solicitamos apreciação favorável, em regime de URGÊNCIA SIMPLES.

Respeitosamente,

VANDER ALBERTO MASSON
Prefeito Municipal



PREFEITURA MUNICIPAL DE TANGARÁ DA SERRA/MT
GABINETE DO PREFEITO

Avenida Brasil – N.º 2351-N – Jardim Europa – Tangará da Serra – Mato Grosso – CEP 78.300-901
Telefone: (65) 3311-4807 – E-mail: assessorialegislativa@tangaradaserra.mt.gov.br

Página 3

PROJETO DE LEI ORDINÁRIA N.º _____, DE 01 DE OUTUBRO DE 2025

DISPÕE SOBRE ALTERAÇÃO DA META FINANCEIRA DA LEI Nº 6.544, DE 15 DE JULHO DE 2024 E SUA ALTERAÇÃO – PLANO PLURIANUAL E DA LEI Nº 6.619, DE 27 DE SETEMBRO DE 2024 E SUA ALTERAÇÃO – LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS – LDO, E ABERTURA DE CRÉDITO ESPECIAL NO VALOR DE R\$ 109.000,00 (CENTO E NOVE MIL REAIS) NA ESTRUTURA DA LEI Nº 6.706, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2024 – LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL – LOA, DESTINADO A CUSTEAR DESPESAS DO GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A CÂMARA MUNICIPAL decreta:

Art. 1º Ficam mantidas as metas financeiras dos Projetos/Atividades, constantes na tabela abaixo, na Lei nº 6.544/2024 e sua alteração – Plano Plurianual – PPA, Lei nº 6.619/2024 e sua alteração – Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO, conforme planilhas abaixo:

PROGRAMA: 0012 – POLÍTICAS DE IGUALDADE E ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES		
Cód.	Descrição	Meta Financeira
2115	Gestão do Gabinete de Políticas Públicas para Mulheres	R\$ 396.433,43

Art. 2º Fica aberto no setor de Contabilidade desta Prefeitura Municipal, **Crédito Especial** no valor de **R\$ 109.000,00** (cento e nove mil reais), destinados a atender despesas para as quais não havia dotação orçamentária específica no Orçamento vigente, conforme segue:

01 – GABINETE DO PREFEITO E DEPENDÊNCIAS

02.01.12 – GABINETE DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA MULHERES

04 – ADMINISTRAÇÃO

122 – ADMINISTRAÇÃO GERAL

0012 – POLÍTICAS DE IGUALDADE E ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES

2115 – GESTÃO DO GABINETE DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA MULHERES

3.3.90.00.00.00.2.500.0000000 – Aplicações Diretas.....R\$ 109.000,00

Total da suplementação..... R\$ 109.000,00

Art. 3º A presente Abertura de **Crédito Adicional Especial**, de que trata o artigo anterior, será subsidiado por anulação parcial de dotações orçamentárias conforme disposto abaixo:

01 – GABINETE DO PREFEITO E DEPENDÊNCIAS

02.01.12 – GABINETE DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA MULHERES

04 – ADMINISTRAÇÃO

122 – ADMINISTRAÇÃO GERAL

0012 – POLÍTICAS DE IGUALDADE E ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES

Assinado por 1 pessoa: VANDER ALBERTO MASSON
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://tangaradaserra.1doc.com.br/verificacao/AAB4-4FBD-9489-B72A>



PREFEITURA MUNICIPAL DE TANGARÁ DA SERRA/MT
GABINETE DO PREFEITO

Avenida Brasil – N.º 2351-N – Jardim Europa – Tangará da Serra – Mato Grosso – CEP 78.300-901
Telefone: (65) 3311-4807 – E-mail: assessorialegislativa@tangaradaserra.mt.gov.br

2115 – GESTÃO DO GABINETE DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA MULHERES

3.1.90.00.00.00.2.500.0000000 – Aplicações Diretas.....R\$ 109.000,00

Total da Redução..... R\$ 109.000,00

Art. 4º A presente Abertura de **Crédito Adicional Especial**, ampara-se no inciso II do artigo 41 e artigo 42 da Lei nº 4.320/1964 e os recursos orçamentários utilizados são os previstos no artigo 43, § 1º, inciso III, os resultantes de anulação parcial ou total de dotações orçamentárias ou de créditos adicionais, autorizados em Lei.

Art. 5º Em atendimento à Lei nº 3.462/2010 de 18 de novembro de 2010, o objeto desta abertura de **Crédito Adicional Especial**, visa readequação orçamentária, com objetivo de custear as despesas com a realização da Pesquisa: "Territórios da Vulnerabilidade em Tangará da Serra: diagnóstico social multissegmentar para o fortalecimento de políticas públicas na rede de proteção", com a elaboração do Diagnóstico da realidade da menina, da adolescente, da mulher, da idosas e mulher em situação de rua.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, aos **primeiro** dia do mês de **outubro** do ano de **dois mil e vinte e cinco**, **49º** Aniversário de Emancipação Político-administrativa.

VANDER ALBERTO MASSON
Prefeito Municipal



PREFEITURA MUNICIPAL DE TANGARÁ DA SERRA/MT
GABINETE DO PREFEITO

Avenida Brasil – N.º 2351-N – Jardim Europa – Tangará da Serra – Mato Grosso – CEP 78.300-901
Telefone: (65) 3311-4807 – E-mail: assessorialegislativa@tangaradaserra.mt.gov.br

DECLARAÇÃO

DECLARO, para os devidos fins, em cumprimento às determinações contidas na Lei Complementar 101/2000 (LRF) que o projeto de lei ordinária nº 289/2025, referente à abertura de crédito adicional especial, visa readequação orçamentária, com objetivo de custear as despesas com a realização da Pesquisa: "Territórios da Vulnerabilidade em Tangará da Serra: diagnóstico social multissegmentar para o fortalecimento de políticas públicas na rede de proteção", com a elaboração do Diagnóstico da realidade da menina, da adolescente, da mulher, da idosas e mulher em situação de rua., possui adequação orçamentária e financeira com a **LEI Nº 6.544, DE 15 DE JULHO DE 2024 E SUA ALTERAÇÃO – PLANO PLURIANUAL E NA LEI Nº 6.619, DE 27 DE SETEMBRO DE 2024 E SUA ALTERAÇÃO – LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS – LDO, E NA LEI Nº 6.706, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2024 – LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL – LOA.**

Tangará da Serra/MT, 01 de outubro de 2025.

VANDER ALBERTO MASSON
Prefeito Municipal



Memorando 31.014/2025

PREFEITURA MUNICIPAL DE
TANGARÁ DA SERRA

Marcadores:

FERNANDA | x

EM ELABORAÇÃO | x

EM ANÁLISE/ANDAMENTO | x

PROJETO DE LEI ORDINÁRIO | x

Responder apenas via 1Doc

Silvana M. GAB-GPPM

Para

SEFAZ-GAB - Gabi...

CC

SEFAZ-ASOG - Assessoria de Orçamento e Gestão

SEFAZ-GAB - Gabinete do Secretário

4 setores envolvidos

GAB-GPPM

SEFAZ-GAB

SEFAZ-ASOG

GAB

01/10/2025 16:27

SUPLEMENTAÇÃO GPPM

Prezada Secretária,

com nossos cumprimentos, solicitamos elaboração de projeto de lei de suplementação no orçamento do Gabinete de Políticas Públicas para Mulheres para atender compromisso do Prefeito e Primeira-dama com a realização da Pesquisa: "Territórios da Vulnerabilidade em Tangará da Serra: diagnóstico social multissegmentar para o fortalecimento de políticas públicas na rede de proteção", com a elaboração do Diagnóstico da realidade da menina, da adolescente, da mulher, da idosas e mulher em situação de rua.

Também solicitamos suplementação para diárias civil, no valor de R\$ 9.000,00

Por favor, suplementar da seguinte forma:

saldo a ser retirado da ficha 3048 = R\$ 109.000,00 - o saldo hoje é de R\$ 109.750,00

para as fichas:

2092 - 3.3.90.14.00 - Diárias - Civil - R\$ 9.000,00

2093 - 3.3.90.39.00 - Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica - R\$ 100 000,00

Tal solicitação foi autorizada pelo Prefeito Vander Alberto Masson.

Atenciosamente,

Silvana Lô Masson

Primeira-dama

Gestora do Gabinete de Políticas Públicas para Mulheres

Redigido por Regina Guanaes Bittencourt Fornazari - autorizado por contrassenha



02/10/2025 16:27:27
Regina Guanaes Bittencourt Fornazari

1_PROPOSTA.pdf



TERMO DE COOPERACAO_IN

S...

01/10/2025 16:27:27	Regina Guanaes Bittencourt Fornazari	GAB-GPPM	solicitou a assinatura de Silvana Lô Masson em Memorando 31.014/2025 .	Pendente
01/10/2025 16:27:27	Regina Guanaes Bittencourt Fornazari	GAB-GPPM	solicitou a assinatura de VANDER ALBERTO MASSON em Memorando 31.014/2025 .	Assinado
01/10/2025 16:27:27	Regina Guanaes Bittencourt Fornazari	GAB-GPPM	solicitou a assinatura de Rogério Silva Santos em Memorando 31.014/2025 .	Pendente
01/10/2025 17:10:48	Rogério Silva Santos	GAB	assinou digitalmente Memorando 31.014/2025 com o certificado VANDER ALBERTO MASSON CPF 432.XXX.XXX-20 conforme MP nº 2.200/2001 .	

Prefeitura de Tangará da Serra - Avenida Brasil, 2351-N, Jardim Europa, CEP 78.300-901 gabinete@tangaradaserra.mt.gov.br Segunda à Sexta de 7:30h às 10:45h e 13:00h às 16:45h • 1Doc • www.1doc.com.br
Impresso em 02/10/2025 07:29:38 por Fernanda Sobral de Araujo - Adm matr 004575 (matrícula 004575)

Assinado por Elessaun VANDER ALBERTO MASSON, realizada por VANDER ALBERTO MASSON CPF 432.XXX.XXX-20.
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://tangaradaserra.1doc.com.br/ver?hash=F6E4DD1AC5EF18A9D9E6F2A3&itd=1&origem=painel_setor





Prefeitura Municipal de Tangará da Serra
ESTADO DE MATO GROSSO
ASSESSORIA DE ORÇAMENTO E GESTÃO
Avenida Brasil, 2351 – N, Jardim Europa – CEP 78.300-901
Fone: (65) 3311-4886

SOLICITAÇÃO DE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL

LEI Nº 4.320, DE 17 DE MARÇO DE 1964 – Título V

Nº	XX/SECULTUR/2024					
DATA:	01/10/2025		Secretaria:	GABINETE DO PREFEITO E DEPENDÊNCIAS		
Especificação:	() SUPLEMENTAR		(X) ESPECIAL			
Justificativa da Suplementação: Visa atender compromisso com a realização da Pesquisa: "Territórios da Vulnerabilidade em Tangará da Serra: diagnóstico social multissegmentar para o fortalecimento de políticas públicas na rede de proteção", com a elaboração do Diagnóstico da realidade da menina, da adolescente, da mulher, da idosas e mulher em situação de rua.						
ALTERAÇÃO/INCLUSÃO DE METAS FÍSICAS						
Nº P/A/OP	Descrição do Projeto/Atividade	Un. Medida	Produto	Meta Prevista	Meta Proposta	Diferença
2115	GESTÃO DO GABINETE DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA MULHERES					
	Mulheres Assistidas	unidade	55.000	55.000	55.000	0,00
Nº P/A/OP	Descrição do Projeto/Atividade/Natureza de despesa	Cód. Natureza Despesa	Fonte de Recurso	Valor Previsto	Valor Proposto	Diferença
2115	GESTÃO DO GABINETE DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA MULHERES					109.000,00
criar	Diária Civil	3.3.90.14.00	2.500.00000000	0,00	9.000,00	9.000,00
criar	Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica	33.90.39.00	2.500.00000000	0,00	100.000,00	100.000,00
Total da Suplementação						109.000,00
Justificativa da Redução: Visa atender compromisso com a realização da Pesquisa: "Territórios da Vulnerabilidade em Tangará da Serra: diagnóstico social multissegmentar para o fortalecimento de políticas públicas na rede de proteção", com a elaboração do Diagnóstico da realidade da menina, da adolescente, da mulher, da idosas e mulher em situação de rua.						
METAS FINANCEIRAS (A REDUZIR)						
Nº P/A/OP	Descrição do Projeto/Atividade	Un. Medida	Produto	Meta Prevista	Meta Proposta	Diferença
2115	GESTÃO DO GABINETE DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA MULHERES					
	Mulheres Assistidas	unidade	55.000	55.000	55.000	0,00

METAS FINANCEIRAS (A REDUZIR)						
Nº P/A/OP	Descrição do Projeto/Atividade/Natureza de despesa	Cód. Natureza Despesa	Fonte de Recurso	Valor Previsto	Valor Proposto	Diferença
2115	GESTÃO DO GABINETE DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA MULHERES					
3048	Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoa Civil	3.1.90.11.00	2.500.00000000	109.750,00	750,00	109.000,00
Total da Redução						109.000,00

VANDER ALBERTO MASSON
PREFEITO MUNICIPAL



PREFEITURA MUNICIPAL DE TANGARÁ DA SERRA
ESTADO DE MATO GROSSO

Avenida Brasil – nº 2351-N – Jardim Europa – Tangará da Serra – Mato Grosso – CEP 78.300-901
Telefone: (65) 3311-4808 – E-mail: assessorialegislativa@tangaradaserra.mt.gov.br

DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DE METAS

DECLARO, para os devidos fins, em cumprimento às determinações contidas no art. 16 da Lei Complementar 101/2000 (LRF) que as metas físicas referentes a solicitação de elaboração de Projeto de Lei, possui adequação orçamentária e financeira e as metas previstas serão devidamente cumpridas e estão de acordo com a **Lei Nº 6.544, de 15 de julho de 2024 – PPA e sua alteração, na Lei Nº 6.619, de 27 de setembro de 2024 – LDO e sua alteração e na Lei nº 6.706, de 10 de dezembro de 2024 – LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL – LOA.**

Proj/Ativ.	Meta Prevista	Meta Proposta	Obs.
2115	55000	55000	

Tangará da Serra/MT, 01 de outubro de 2025.

VANDER ALBERTO MASSON
PREFEITO MUNICIPAL



Prefeitura Municipal de Tangará da Serra
ESTADO DE MATO GROSSO
ASSESSORIA DE ORÇAMENTO E GESTÃO
Avenida Brasil, 2351 – N, Jardim Europa – CEP 78.300-901
Fone: (65) 3311-4886

SOLICITAÇÃO DE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL

LEI Nº 4.320, DE 17 DE MARÇO DE 1964 – Título V

Nº	XX/SECULTUR/2024					
DATA:	01/10/2025		Secretaria:	GABINETE DO PREFEITO E DEPENDÊNCIAS		
Especificação:	() SUPLEMENTAR		(X) ESPECIAL			
Justificativa da Suplementação: Visa atender compromisso com a realização da Pesquisa: "Territórios da Vulnerabilidade em Tangará da Serra: diagnóstico social multissegmentar para o fortalecimento de políticas públicas na rede de proteção", com a elaboração do Diagnóstico da realidade da menina, da adolescente, da mulher, da idosas e mulher em situação de rua.						
ALTERAÇÃO/INCLUSÃO DE METAS FÍSICAS						
Nº P/A/OP	Descrição do Projeto/Atividade	Un. Medida	Produto	Meta Prevista	Meta Proposta	Diferença
2115	GESTÃO DO GABINETE DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA MULHERES					
	Mulheres Assistidas	unidade	55.000	55.000	55.000	0,00
Nº P/A/OP	Descrição do Projeto/Atividade/Natureza de despesa	Cód. Natureza Despesa	Fonte de Recurso	Valor Previsto	Valor Proposto	Diferença
2115	GESTÃO DO GABINETE DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA MULHERES					109.000,00
criar	Diária Civil	3.3.90.14.00	2.500.00000000	0,00	9.000,00	9.000,00
criar	Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica	33.90.39.00	2.500.00000000	0,00	100.000,00	100.000,00
Total da Suplementação						109.000,00
Justificativa da Redução: Visa atender compromisso com a realização da Pesquisa: "Territórios da Vulnerabilidade em Tangará da Serra: diagnóstico social multissegmentar para o fortalecimento de políticas públicas na rede de proteção", com a elaboração do Diagnóstico da realidade da menina, da adolescente, da mulher, da idosas e mulher em situação de rua.						
METAS FINANCEIRAS (A REDUZIR)						
Nº P/A/OP	Descrição do Projeto/Atividade	Un. Medida	Produto	Meta Prevista	Meta Proposta	Diferença
2115	GESTÃO DO GABINETE DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA MULHERES					
	Mulheres Assistidas	unidade	55.000	55.000	55.000	0,00

METAS FINANCEIRAS (A REDUZIR)						
Nº P/A/OP	Descrição do Projeto/Atividade/Natureza de despesa	Cód. Natureza Despesa	Fonte de Recurso	Valor Previsto	Valor Proposto	Diferença
2115	GESTÃO DO GABINETE DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA MULHERES					
3048	Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoa Civil	3.1.90.11.00	2.500.00000000	109.750,00	750,00	109.000,00
Total da Redução						109.000,00

VANDER ALBERTO MASSON
PREFEITO MUNICIPAL



MUNICIPIO DE TANGARÁ DA SERRA
PREFEITURA MUNICIPAL DE TANGARA DA SERRA
RESERVA DE DOTAÇÃO
OUTUBRO DE 2025

Certificamos

Ano: 2025 Alteração de Saldo: 107776/2025 Ficha: 3048 Número: 107776 Protocolo:

Que o Saldo de Crédito

Código: 04.122.0012.2.115 Fonte de Recurso: 1.2.500.0000.000.000.000 - Sem código de acompanhamento

Aberto Pelo Orçamento de 2025

Órgão: GABINETE DO PREFEITO E DEPENDÊNCIAS

Unidade Orçamentária: GABINETE DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA MULHERES

Projeto/Atividade: GESTÃO DO GABINETE DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA MULHERES - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL

Elemento da Despesa: 3.1.90.11.00

Sofreu as Seguintes Alterações Orçamentárias

Histórico	Importância
SALDO ANTERIOR À ALTERAÇÃO	109.750,00
RESERVA ORÇAMENTÁRIA	109.000,00
SALDO APÓS A ALTERAÇÃO	750,00

Saldo da Reserva de Dotação

Histórico	Importância
VALOR EXECUTADO	0,00
SALDO	109000,00

Motivos Determinantes da Alteração

RESERVA ORÇAMENTÁRIA

Justificativa

RESERVA PLO Nº 289/2025

TANGARÁ DA SERRA, 1 de Outubro de 2025

Visto: _____

Confere: _____

Assinado por 1 pessoa: VANDER ALBERTO MASSON
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://tangaradaserra.1doc.com.br/verificacao/AAB4-4FBD-9489-B72A> e informe o código AAB4-4FBD-9489-B72A



TERMO DE COMPROMISSO DAS INSTITUIÇÕES ENVOLVIDAS NO ESTUDO

Título da Pesquisa: "Territórios da Vulnerabilidade em Tangará da Serra: diagnóstico social multissegmentar para o fortalecimento de políticas pública na rede de proteção"

OBJETIVO

Realizar um diagnóstico social abrangente dos principais segmentos vulnerabilizados da população do município de Tangará da Serra, mulheres, crianças e adolescentes, pessoas idosas, pessoas com deficiência, população em situação de rua e em situação de trabalho infantil.

MÉTODO

Abordagem e Tipo de Pesquisa

Trata-se de um estudo de abordagem mista sequencial explicativa, que combina procedimentos quantitativos e qualitativos em etapas complementares. Inicialmente será realizada uma fase quantitativa descritiva, com levantamento de dados primários e secundários para caracterização sociodemográfica e mapeamento das vulnerabilidades dos segmentos populacionais. Em seguida, será desenvolvida uma fase qualitativa exploratória, com o objetivo de aprofundar a compreensão das vivências, percepções e demandas sociais dos sujeitos, a partir da escuta qualificada.

Local da Pesquisa

O estudo será realizado no município de Tangará da Serra (MT), envolvendo diferentes bairros e áreas urbanas e periurbanas com maior incidência ou concentração dos segmentos sociais em situação de vulnerabilidade: mulheres em situação de violência ou pobreza extrema, crianças e adolescentes (por meio de responsáveis), pessoas idosas, pessoas com deficiência, população em situação de rua e pessoas em situação de trabalho infantil (foco em familiares ou responsáveis, quando menores).

Fontes de Pesquisa Secundárias

As fontes secundárias utilizadas no presente estudo têm por finalidade subsidiar a caracterização sociodemográfica dos segmentos investigados, mapear vulnerabilidades preexistentes, identificar lacunas institucionais e orientar a análise das políticas públicas locais, contribuindo diretamente para a consecução dos objetivos específicos da pesquisa. Entre as principais fontes documentais, destaca-se o acesso ao Cadastro Único para Programas Sociais (CadÚnico), que permitirá traçar o perfil das famílias em situação de pobreza ou extrema pobreza, especialmente nos segmentos de mulheres chefes de família, pessoas com deficiência, população em situação de rua e crianças em contexto de trabalho infantil. Também serão consultados os Relatórios de Gestão da Política de Assistência Social (municipal e estadual), Planos Plurianuais (PPA), Planos Municipais de Políticas Setoriais (como o Plano Municipal de Educação, Saúde, Assistência Social e Direitos Humanos), Relatórios Anuais de Vigilância Socioassistencial, além de dados do Censo IBGE e indicadores do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e do Observatório das Desigualdades Sociais.



- PRPPG | Pró-reitoria de Pesquisa e Pós-graduação -

Av. Tancredo Neves – 1095 - Cavallhada
CEP 78.200-000, Cáceres/MT
Tel: (65) 3221 0080 –
E-mail: cep@unemat.br





Esses documentos e bases estatísticas permitirão analisar o cenário histórico e institucional de atuação do município, identificar a evolução de demandas e a cobertura das redes de proteção, e servirão como base para comparar os achados primários da fase quantitativa, contribuindo para a validação dos dados e a formulação de recomendações intersetoriais. Para os segmentos da infância e adolescência, serão examinados dados do Sistema de Informação para Infância e Adolescência (SIPIA), dos Conselhos Tutelares, e dos relatórios de enfrentamento ao trabalho infantil, com o intuito de identificar fluxos institucionais, registros de violação de direitos e estratégias de atendimento. Já para a população em situação de rua, serão considerados os censos municipais ou estaduais disponíveis, registros do Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua (Centro POP), além de eventuais planos municipais de enfrentamento à população em situação de rua, se existentes. Todas essas fontes secundárias serão analisadas criticamente, considerando sua atualidade, consistência e relevância para os objetivos do diagnóstico, sendo integradas de forma articulada às etapas de coleta e análise dos dados primários.

Participantes da Pesquisa

A pesquisa será desenvolvida com a participação de pessoas com 18 anos ou mais, que integram ou representam os segmentos populacionais priorizados no diagnóstico social. Serão incluídas mulheres em situação de vulnerabilidade socioeconômica e/ou violência de gênero, cuja inserção busca compreender as desigualdades estruturais que afetam o acesso a direitos e serviços, em consonância com o objetivo de mapear fatores de exclusão e desigualdade. Pessoas com deficiência também serão participantes diretas, visando identificar barreiras de acessibilidade, exclusão social e limitações no acesso a políticas públicas, especialmente nos campos da saúde, educação, trabalho e assistência social. O estudo contemplará ainda pessoas idosas, com foco na investigação das condições de vida, redes de apoio, acesso à proteção social e situações de negligência ou abandono. Outro grupo essencial são as pessoas em situação de rua, cuja inclusão possibilita analisar vivências de extrema vulnerabilidade, invisibilidade institucional e violações de direitos humanos, contribuindo para a construção de estratégias intersetoriais mais eficazes.

Adicionalmente, serão incluídos responsáveis legais por crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade ou em situação de trabalho infantil, como forma de compreender os contextos familiares, socioeconômicos e institucionais que impactam a infância e a adolescência, sem entrevistar diretamente os menores de idade. Esses dados permitirão identificar lacunas na rede de proteção, bem como orientar políticas de prevenção e enfrentamento do trabalho precoce. Na fase qualitativa, serão convidados também gestores públicos, trabalhadores da assistência social, da saúde, da educação, além de representantes dos conselhos tutelares, como informantes-chave, com o propósito de complementar a análise com as percepções institucionais sobre os desafios enfrentados por esses grupos, as respostas ofertadas e os limites da atuação pública local. Essa composição de participantes foi pensada para garantir uma visão abrangente, multissetorial e fundamentada nas realidades vividas e nas experiências institucionais relacionadas à exclusão e à garantia de direitos no município de Tangará da Serra.

Critérios de Inclusão e Exclusão dos Participantes da Pesquisa



- PRPPG | Pró-reitoria de Pesquisa e Pós-graduação -

Av. Tancredo Neves – 1095 - Cavallhada
CEP 78.200-000, Cáceres/MT
Tel: (65) 3221 0080 –
E-mail: cep@unemat.br





A definição dos critérios de inclusão e exclusão dos participantes do estudo visa garantir a consistência metodológica e a adequação ética da amostra, considerando as especificidades de cada segmento populacional. Para o grupo de mulheres em situação de vulnerabilidade socioeconômica e/ou violência de gênero, serão incluídas aquelas com 18 anos ou mais, residentes em Tangará da Serra, que estejam cadastradas em programas sociais ou atendidas por serviços de proteção à mulher, ou que relatem vivências relacionadas à pobreza extrema ou violência doméstica. Serão excluídas as mulheres que não se enquadrarem em nenhuma dessas condições ou que não residam no município.

As pessoas com deficiência serão incluídas desde que tenham 18 anos ou mais, residam no município e apresentem deficiência física, sensorial, intelectual ou múltipla, reconhecida por autodeclaração ou registro institucional. É necessário que possuam condições cognitivas e comunicacionais adequadas para participar da entrevista, com ou sem apoio. Estarão excluídas as pessoas fora da faixa etária estabelecida, residentes de outros municípios ou com deficiência intelectual severa sem suporte para compreensão do processo de consentimento e participação.

No caso das pessoas idosas, serão incluídos indivíduos com 60 anos ou mais, residentes em Tangará da Serra, que possuam autonomia ou estejam acompanhados por cuidadores capazes de auxiliar na comunicação, se necessário. Serão excluídos idosos com comprometimento cognitivo severo sem mediação familiar ou institucional adequada, ou que não residam na área geográfica delimitada pela pesquisa.

Para o segmento de pessoas em situação de rua, os critérios de inclusão contemplam adultos com 18 anos ou mais que estejam vivendo em situação de rua no município no momento da coleta de dados, preferencialmente com algum tipo de vínculo ou atendimento por serviços como CRAS, CREAS, Centro POP ou instituições de acolhimento. Estarão excluídas pessoas em trânsito (sem vínculo com a cidade), ou em situação de alteração de consciência causada por uso de substâncias psicoativas ou sofrimento psíquico grave no momento da entrevista.

No que se refere aos responsáveis legais por crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade, serão incluídos os adultos com 18 anos ou mais que sejam pais, mães ou responsáveis legais de crianças e adolescentes em contextos de risco social, como pobreza, negligência ou exposição a violência, desde que residentes em Tangará da Serra. Serão excluídos aqueles que não possuam vínculo legal com as crianças/adolescentes ou que não reconheçam a situação de vulnerabilidade no contexto familiar.

Da mesma forma, serão incluídos como participantes os responsáveis por crianças e adolescentes em situação de trabalho infantil, desde que tenham 18 anos ou mais, residam no município e reconheçam que a criança sob sua responsabilidade está inserida em alguma forma de trabalho informal, precoce ou insalubre. Serão excluídos os responsáveis que neguem ou não reconheçam a situação de trabalho infantil, ou que não residam no território investigado.

Por fim, na fase qualitativa, serão considerados informantes-chave os gestores públicos, trabalhadores da assistência social, saúde, educação e membros de conselhos tutelares ou de direitos que atuem diretamente com os segmentos investigados. Esses profissionais devem ter experiência comprovada no município de Tangará da Serra e disponibilidade para participação voluntária nas entrevistas. Serão excluídos profissionais recém-ingressos, sem experiência com



os públicos-alvo, ou que não possam participar de forma ética e consentida do processo de escuta qualificada.

Fases da Coleta de Dados

Fase 1 – Quantitativa (Detalhamento por Objetivo Específico)

Para alcançar este objetivo, será realizada uma análise aprofundada de fontes de dados secundárias oficiais e institucionais, com foco na caracterização sociodemográfica dos segmentos populacionais priorizados no diagnóstico: mulheres, pessoas idosas, pessoas com deficiência, população em situação de rua, crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade e trabalho infantil. A principal base de dados utilizada será o Cadastro Único para Programas Sociais (CadÚnico), mantido pelo Governo Federal e operacionalizado localmente pela rede socioassistencial. Essa fonte será acessada por meio de parceria institucional com a Secretaria Municipal de Assistência Social, garantindo a observância dos aspectos éticos e legais de sigilo e uso dos dados. Serão extraídas informações sobre faixa etária, sexo, cor/raça, escolaridade, situação ocupacional, composição familiar, renda mensal per capita, localização do domicílio (zona urbana ou rural), presença de deficiência, e vínculo com benefícios sociais (como o Bolsa Família e BPC/LOAS).

Além do CadÚnico, será consultado o Censo Demográfico 2022 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), com especial atenção às Tabelas de Resultados do Universo e Amostras para Tangará da Serra, permitindo o cruzamento de dados por setor censitário, faixa etária, gênero, condição de moradia, analfabetismo e acesso a serviços básicos. Complementarmente, serão utilizados dados do Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM) e do Sistema de Informações de Nascidos Vivos (SINASC), para compreender as condições de saúde populacional de crianças e mulheres. Para a população idosa e com deficiência, também serão considerados os dados do Cadastro Nacional de Pessoas com Deficiência (CadPcD) e relatórios municipais de prestação de contas sobre políticas setoriais. Para a população em situação de rua, serão usados registros administrativos do Centro POP, se disponíveis, além de eventuais censos municipais ou estaduais realizados anteriormente.

A sistematização dos dados será realizada em planilha eletrônica com organização por segmento, território e variável sociodemográfica. Os dados serão analisados de forma descritiva (frequências absolutas, percentuais, médias e medianas), com apoio de software estatístico (SPSS). A interpretação será orientada pela triangulação entre as diferentes bases (CadÚnico, IBGE, sistemas de informação em saúde e assistência social). Essa etapa fornecerá subsídios empíricos robustos para orientar a construção do formulário da fase primária (quantitativa) e selecionar os territórios e perfis prioritários para a aplicação dos instrumentos e aprofundamento qualitativo posterior.

Objetivo Específico 2: O formulário contemplará seções específicas que abordam as condições de moradia, acesso a serviços públicos (educação, saúde, assistência social), segurança alimentar, presença de violência ou negligência, situação de trabalho precarizado ou informal, e acesso a políticas compensatórias (Bolsa Família, BPC, etc.). Para isso, utilizar-se-ão escalas e



- PRPPG | Pró-reitoria de Pesquisa e Pós-graduação -

Av. Tancredo Neves – 1095 - Cavallhada
CEP 78.200-000, Cáceres/MT
Tel: (65) 3221 0080 –
E-mail: cep@unemat.br





indicadores adaptados de instrumentos validados, como o Questionário da Ficha de Cadastro Único, a Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA – versão reduzida), e indicadores do IPEA sobre vulnerabilidade social. Os dados serão analisados por meio de estatística descritiva, com cálculo de frequências absolutas e relativas, permitindo identificar padrões de exclusão por segmento e território. Cada respondente será alocado a um ou mais eixos de vulnerabilidade, conforme os dados fornecidos, para posterior análise integrada.

Objetivo Específico 4: Para alcançar este objetivo, será realizada uma análise documental sistemática e levantamento de dados secundários provenientes de órgãos públicos, conselhos de direitos, serviços da rede de proteção e sistemas de informação governamentais. A pesquisa se concentrará na identificação de lacunas estruturais, operacionais e normativas nas políticas públicas locais voltadas aos segmentos vulnerabilizados, mulheres, pessoas idosas, pessoas com deficiência, população em situação de rua e famílias com crianças e adolescentes em situação de trabalho infantil ou em risco social. A coleta documental incluirá Planos Municipais de Políticas Setoriais, como o Plano Municipal de Assistência Social (PMAS), Plano Municipal de Saúde (PMS), Plano Municipal de Educação (PME), além do Plano Plurianual (PPA), Relatórios Anuais de Gestão (RAG) e Relatórios de Monitoramento da Vigilância Socioassistencial. Serão também examinados documentos de instâncias deliberativas, como atas e pareceres de conselhos municipais (CMAS, CMDCA, CMI, CMPD etc.), além de planos e relatórios de ação de programas específicos (como o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – PETI, Programa Criança Feliz, Atenção à População em Situação de Rua, entre outros).

Esses documentos serão analisados à luz das diretrizes nacionais estabelecidas pela Política Nacional de Assistência Social (PNAS), pelo Sistema Único de Assistência Social (SUAS), pela Política Nacional de Saúde da Pessoa com Deficiência, pelo Estatuto do Idoso, Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), Lei Maria da Penha, entre outros marcos normativos. O objetivo é verificar se há previsão orçamentária, metas quantitativas, estratégias de implementação, indicadores de avaliação e monitoramento, bem como identificar inconsistências entre a previsão legal e a execução prática das ações públicas.

Adicionalmente, serão analisados dados secundários disponíveis em sistemas públicos de informação, como o CadSUAS, Rede SUAS, SICONV, e-SUS, SIAB, e dados do IBGE e do IPEA, para mensurar a cobertura dos serviços, o alcance das ações e a distribuição territorial dos equipamentos públicos. A análise cruzada entre documentos, indicadores e marcos legais permitirá identificar zonas de desassistência, sobreposição de ações, fragmentação intersetorial, ausência de planos específicos para determinados segmentos, ou descontinuidade de políticas públicas.

A sistematização dos dados será realizada em planilhas classificadas por segmento e por eixo de análise (normativo, programático, orçamentário, territorial e de gestão). Será adotada a técnica de análise de conteúdo documental, com categorização temática das lacunas encontradas, baseada em parâmetros de cobertura, equidade, intersetorialidade e integralidade do cuidado. Os achados dessa etapa serão integrados às evidências da fase quantitativa e qualitativa, servindo de base empírica para a formulação de recomendações estratégicas e pactuações intersetoriais com gestores e conselhos de direitos.





Fase 2 – Qualitativa

Para os objetivos 2, 3, e 4 da fase qualitativa da pesquisa será desenvolvida após a sistematização dos dados quantitativos e da análise preliminar dos dados secundários, com o objetivo de aprofundar a compreensão dos fatores de vulnerabilidade social e exclusão vividos pelos segmentos populacionais priorizados, por meio da escuta direta de seus sujeitos. Esta etapa será fundamental para captar as percepções, experiências, sentidos e demandas que não emergem plenamente nas bases estatísticas ou nos instrumentos estruturados. A abordagem qualitativa adotará como eixo central a valorização da narrativa dos participantes e de sua leitura sobre os contextos de desigualdade e acesso a direitos, considerando a realidade vivida como principal fonte de saber para a formulação de diagnósticos sociais críticos e contextualizados.

A coleta dos dados qualitativos ocorrerá por meio da realização de entrevistas em profundidade e de grupos focais, ambos conduzidos com o apoio de roteiros semiestruturados previamente elaborados, adaptados para cada segmento populacional (mulheres em situação de vulnerabilidade, pessoas com deficiência, pessoas idosas, população em situação de rua e responsáveis por crianças e adolescentes em risco social ou em situação de trabalho infantil). As entrevistas serão realizadas com participantes previamente contatados na fase quantitativa, que tenham se mostrado dispostos a continuar colaborando com a pesquisa, bem como com sujeitos indicados pelas equipes técnicas de serviços como CRAS, CREAS, unidades de saúde e organizações sociais atuantes no território. A seleção dos participantes seguirá critérios de amostragem teórica e intencional, com base na diversidade de perfis, trajetórias e experiências, garantindo representatividade dos diferentes contextos vividos e evitando a homogeneização dos dados.

Os grupos focais, por sua vez, serão organizados por afinidade temática ou por segmento, com número entre seis e dez participantes por encontro, sempre respeitando a confidencialidade, a segurança emocional e a acessibilidade do espaço, inclusive para pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida. Tanto as entrevistas quanto os grupos serão conduzidos por pesquisador(a) principal ou colaborador(a) com formação em metodologia qualitativa, acompanhado(a), quando necessário, por mediadores locais. A coleta será realizada em espaços institucionais ou comunitários previamente acordados (como sedes de CRAS, centros comunitários ou ONGs), com garantia de privacidade e conforto. Todas as sessões serão registradas por meio de gravação de áudio, mediante assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), sendo posteriormente transcritas na íntegra para constituição do corpus analítico da pesquisa.

A análise dos dados qualitativos será realizada com base no método de Análise Temática, conforme proposto por Braun e Clarke (2006), o qual se estrutura em seis fases sequenciais: familiarização com os dados (leitura e releitura das transcrições), codificação inicial (identificação de unidades de significado), busca por temas (reunião de códigos em categorias preliminares), revisão dos temas (ajustes e refinamentos com base em coerência interna e externa), definição e nomeação dos temas finais e, por fim, elaboração da interpretação analítica. A codificação será conduzida por dois pesquisadores de forma independente, com revisão





cruzada e reuniões para consensuar as categorias emergentes, garantindo a confiabilidade dos achados. A análise será apoiada por software especializado (NVivo), o que permitirá organizar os dados em matrizes temáticas e facilitar a rastreabilidade dos achados em relação às falas originais dos participantes.

As categorias analíticas a serem construídas buscarão refletir os principais eixos de exclusão e vulnerabilidade mencionados pelos sujeitos, bem como os sentidos que atribuem à sua condição social, às experiências de enfrentamento e à interação com os serviços públicos. A partir da escuta qualificada, será possível identificar não apenas falhas no acesso, na cobertura e na qualidade das políticas públicas, mas também lacunas institucionais percebidas, sentimentos de abandono, estratégias de sobrevivência e demandas que permanecem invisibilizadas pelas respostas oficiais. A triangulação dos dados qualitativos com os dados secundários e com os indicadores levantados na fase quantitativa permitirá produzir um diagnóstico crítico e multirreferenciado, sustentado tanto em evidências estatísticas quanto em narrativas vividas, possibilitando recomendações mais sensíveis à realidade local e mais responsivas à complexidade das vulnerabilidades mapeadas.

Triangulação dos dados para atender o objetivo específico 5: Subsidiar a atuação dos gestores públicos com dados sistematizados.

Para alcançar o objetivo de subsidiar a atuação dos gestores públicos com dados sistematizados, a pesquisa adotará uma estratégia de triangulação metodológica, a qual consiste na integração dos achados obtidos nas três frentes de investigação: quantitativa, qualitativa e documental. A triangulação será conduzida de forma sistemática, articulando diferentes fontes, técnicas e perspectivas analíticas, de modo a promover a validação cruzada das evidências empíricas e ampliar a robustez interpretativa dos resultados. Essa abordagem permitirá não apenas identificar convergências entre os dados, mas também revelar contradições, lacunas e complementaridades que aprofundam a compreensão dos fenômenos sociais investigados e qualificam o processo de formulação de recomendações dirigidas à gestão pública local.

A primeira etapa da triangulação consistirá na sistematização temática dos achados de cada fase da pesquisa, a partir de uma matriz analítica unificada. Os dados quantitativos serão organizados por segmento populacional e por dimensão de vulnerabilidade (renda, moradia, educação, saúde, proteção social e acesso a serviços públicos), com indicadores que permitam observar padrões objetivos de exclusão social. Os dados qualitativos, por sua vez, serão representados por categorias temáticas construídas a partir das falas dos sujeitos, revelando os sentidos atribuídos às experiências vividas, aos acessos (ou à sua negação) e às estratégias de enfrentamento. Já a análise documental trará elementos sobre a presença (ou ausência) de políticas públicas formais voltadas a cada grupo, com base em planejamento, orçamento, cobertura territorial e dispositivos de monitoramento e avaliação.

A segunda etapa envolverá a integração horizontal dos dados por dimensão analítica, permitindo comparar, por exemplo, o que os dados quantitativos apontam sobre o acesso à saúde com as experiências narradas nas entrevistas e com o que está previsto nos documentos institucionais. Esse processo favorecerá a identificação de áreas de convergência (como





situações em que dados, falas e normativas confirmam uma realidade de exclusão) e de dissonância entre a política planejada, a política executada e a política vivida. A análise integrativa será realizada com apoio de planilhas temáticas e softwares como Excel ou Power BI para visualização comparada, e NVivo para gerenciamento de trechos qualitativos e referenciais cruzados.

Na etapa final, os achados triangulados serão organizados em sintetizadores analíticos por segmento populacional, contendo evidências objetivas (indicadores), evidências subjetivas (relatos e percepções) e evidências normativas (previsões e lacunas nas políticas públicas). Esses painéis servirão de base para a produção de recomendações práticas, direcionadas à gestão pública municipal e às redes de proteção, com foco na superação de vulnerabilidades, no fortalecimento da equidade e na ampliação do acesso a direitos. As recomendações priorizarão a viabilidade política e técnica, respeitando os limites orçamentários e administrativos, mas buscando também promover transformações estruturantes nas políticas sociais locais.

Com isso, a triangulação não será apenas uma técnica de verificação, mas uma estratégia de construção integrada do conhecimento, voltada à ação, que conecta os sujeitos sociais, os indicadores técnicos e os marcos institucionais na elaboração de propostas de intervenção territorializadas, intersetoriais e fundamentadas em evidências.

Aspectos Éticos

A pesquisa será conduzida em estrita observância aos princípios éticos estabelecidos pela Resolução nº 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde (CNS), que rege a ética em pesquisas envolvendo seres humanos no Brasil. Todos os participantes serão previamente informados sobre os objetivos do estudo, os procedimentos envolvidos, os riscos e benefícios esperados, bem como sobre o caráter voluntário de sua participação, incluindo o direito de recusar ou desistir a qualquer momento, sem prejuízo de qualquer natureza. A coleta de dados somente será iniciada após a devida apreciação e aprovação do projeto pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da instituição proponente.

Será adotado o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) para participantes maiores de idade com plena capacidade decisória, redigido em linguagem clara e acessível. Nos casos em que os participantes forem responsáveis legais por crianças ou adolescentes, o TCLE contemplará cláusulas específicas de proteção à imagem, identidade e privacidade dos menores, assegurando a confidencialidade das informações compartilhadas. Todas as entrevistas e grupos focais que integrarem a fase qualitativa da pesquisa serão gravados somente mediante autorização expressa dos participantes, com garantia de que suas falas serão anonimizadas durante a transcrição, análise e divulgação dos resultados, impossibilitando qualquer forma de identificação direta ou indireta.

No que se refere à gestão das informações coletadas, os dados serão armazenados em ambientes digitais seguros, com acesso restrito à equipe de pesquisa, respeitando as diretrizes da Lei nº 13.709/2018 – Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD). Essa legislação estabelece normas rigorosas para o tratamento de dados pessoais, exigindo que sejam utilizados exclusivamente para os fins científicos a que se destinam, vedada sua comercialização ou





compartilhamento com terceiros não autorizados. Ao longo de todo o processo, serão adotadas medidas técnicas e administrativas para garantir a segurança, integridade, confidencialidade e finalidade dos dados, conforme previsto na legislação brasileira vigente e nos padrões éticos internacionais de pesquisa em ciências humanas e sociais.

RISCOS

Durante a realização das entrevistas, grupos focais e escutas especializadas com os segmentos populacionais investigados, mulheres em situação de vulnerabilidade, pessoas com deficiência, pessoas idosas, população em situação de rua e responsáveis por crianças e adolescentes em situação de risco social ou trabalho infantil, podem ocorrer riscos mínimos aos participantes. Entre eles, destacam-se: desconforto emocional diante de temas sensíveis, como exclusão, estigmas, negligência institucional, abandono ou violência; insegurança quanto à exposição de suas opiniões ou relatos pessoais; cansaço físico ou psicológico durante atividades mais longas; e medo de julgamento, revitimização ou quebra de sigilo, especialmente entre participantes com trajetórias marcadas por violação de direitos. Pode haver também receio de represálias simbólicas, autocensura ou sensação de impotência frente à complexidade dos temas abordados, sobretudo quando envolvem críticas aos serviços públicos ou falhas institucionais.

FORMAS DE MITIGAÇÃO

Para mitigar esses riscos, os participantes serão previamente informados, de forma clara e acessível, sobre a natureza voluntária da pesquisa, seus objetivos, procedimentos, possíveis desconfortos e os cuidados adotados pela equipe para garantir sua segurança e dignidade. Todas as atividades serão conduzidas por pesquisadores capacitados para lidar com situações sensíveis, com escuta qualificada, postura acolhedora e vigilância ética constante. Os encontros serão realizados em locais reservados e seguros, com garantia de privacidade e, quando necessário, com apoio de mediadores comunitários ou intérpretes. As entrevistas e gravações só ocorrerão mediante autorização expressa, sendo assegurada ao participante a liberdade para interromper ou desistir da participação a qualquer momento, sem qualquer tipo de prejuízo.

As falas serão anonimizadas, não havendo qualquer identificação direta ou indireta nas análises e publicações. Os dados serão armazenados sob responsabilidade do pesquisador coordenador em ambiente digital seguro, criptografado e com acesso restrito, em conformidade com a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (Lei nº 13.709/2018). O preenchimento de formulários poderá ocorrer presencialmente ou de forma remota, conforme a preferência do participante, resguardando seu conforto e privacidade. Em caso de desconforto emocional persistente, os pesquisadores se comprometem a interromper a atividade, acolher a demanda e, se necessário, realizar encaminhamentos à rede de apoio ou serviço de referência.

DIREITOS DOS PARTICIPANTES

De acordo com as Resoluções CNS nº 466/2012 e nº 510/2016, todos os participantes terão assegurados os seguintes direitos fundamentais:



- PRPPG | Pró-reitoria de Pesquisa e Pós-graduação -

Av. Tancredo Neves – 1095 - Cavallhada
CEP 78.200-000, Cáceres/MT
Tel: (65) 3221 0080 –
E-mail: cep@unemat.br





- Receber informações claras, completas e compreensíveis sobre os objetivos, métodos, riscos e benefícios da pesquisa, antes de consentir sua participação;
- Ter tempo suficiente para refletir e tomar uma decisão autônoma e livre sobre sua participação, sem pressão;
- Esclarecer dúvidas a qualquer momento, inclusive após a realização da pesquisa;
- Recusar-se a participar ou desistir a qualquer momento, sem justificativa e sem sofrer qualquer tipo de penalização ou prejuízo;
- Ter sua identidade, privacidade e integridade protegidas por meio da confidencialidade dos dados;
- Receber uma via assinada do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE);
- Em caso de dano decorrente da participação, receber assistência imediata e, quando aplicável, reparação conforme as normativas do Conselho Nacional de Saúde.

BENEFÍCIOS PARA OS PARTICIPANTES E PARA A INSTITUIÇÃO

A pesquisa poderá gerar benefícios diretos e indiretos para os participantes e para as instituições gestoras e de atenção à saúde e assistência social envolvidas. Para os participantes, o estudo representa uma oportunidade de dar visibilidade às suas vivências, demandas e percepções, contribuindo para que suas vozes sejam consideradas na formulação de políticas públicas. A escuta respeitosa e ética pode, inclusive, configurar um momento de reconhecimento, validação e afirmação subjetiva para sujeitos historicamente silenciados ou excluídos das decisões públicas.

Para as instituições públicas e redes de proteção social, a pesquisa oferecerá subsídios técnicos para o planejamento, monitoramento e avaliação das políticas e serviços, com base em evidências empíricas e contextualizadas. Os achados poderão orientar a revisão de fluxos, protocolos, pactuações intersetoriais e estratégias de territorialização. Em termos acadêmicos e científicos, o estudo contribuirá para o fortalecimento da produção de conhecimento aplicado na área da saúde coletiva e das ciências sociais, com ênfase na gestão do cuidado, equidade, participação social e garantia de direitos.

Instituição Requerente: Prefeitura Municipal de Tangará da Serra.

Endereço: Av. Brasil, 2351 N - Jardim Europa, Tangará da Serra - MT, 78300-901

Responsável pela pesquisa: Josué Souza Gleriano

Endereço: UNEMAT - Rodovia MT – 358, Km 07, Jardim Aeroporto, Tangará da Serra – MT –

CEP: 78300-000. Telefone: (65) 3311-4939. Telefone: 65 996781020. E-mail:

josuegleriano@unemat.br



- PRPPG | Pró-reitoria de Pesquisa e Pós-graduação -

Av. Tancredo Neves – 1095 - Cavallhada
CEP 78.200-000, Cáceres/MT
Tel: (65) 3221 0080 –
E-mail: cep@unemat.br





ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA
UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
CEP – COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA



Pelo presente **TERMO** celebra com a instituição Prefeitura Municipal de Tangará da Serra, devidamente inscrita no CNPJ/MF nº 03.788.239/0001-66, neste ato representado pelo Prefeito **Vander Alberto Masson**, RG 0391.390-2 SSP-MT e CPF nº 432.285.341-20 com sede na Av. Brasil, 2351 N - Jardim Europa, Tangará da Serra - MT, 78300-901 e o Pesquisador Responsável Prof. Josué Souza Gleriano, portador da Cédula de Identidade sob o nº 1672328-7 SSP/MT, CPF nº 011.566.441-60, residente e domiciliado na cidade de Tangará da Serra a deliberação favorável sobre a aprovação do presente Termo de compromisso apresentado.

Tangará da Serra, 28 de julho de 2025

JOSUÉ SOUZA GLERIANO
Equipe - Pesquisador

Documento assinado digitalmente
gov.br VANDER ALBERTO MASSON
Data: 04/08/2025 12:08:55-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

VANDER ALBERTO MASSON
Prefeito Municipal de Tangará da Serra



- PRPPG | Pró-reitoria de Pesquisa e Pós-graduação -

Av. Tancredo Neves – 1095 - Cavallhada
CEP 78.200-000, Cáceres/MT
Tel: (65) 3221 0080 –
E-mail: cep@unemat.br



Assinado por 1 pessoa: VANDER ALBERTO MASSON
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://tangaradaserra.1doc.com.br/verificacao/AAB4-4FBD-9489-B72A> e informe o código AAB4-4FBD-9489-B72A





Ofício n.º 087/2025

Sinop/MT, 15 de agosto de 2025.

Ao Exmo. Sr.

Vander Alberto Masson

Prefeito Municipal Tangará da Serra MT

Assunto: Proposta de orçamento para realização de diagnósticos Sociais para a Secretaria Municipal de Assistência Social – SEMAS.

Prezado Senhor,

Ao cumprimentá-lo cordialmente, na oportunidade vimos encaminhar proposta de orçamento para prestação de serviço especializado pela Fundação de Apoio ao Ensino, Pesquisa e Extensão do Norte de Mato Grosso – FAEPEN/MT, entidade sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ 27.969.843/0001-57, em parceria com a Universidade do Estado de Mato Grosso – UNEMAT, conforme exposto a seguir:

1. Identificação da Proponente

Razão Social: Fundação de Apoio ao Ensino, Pesquisa e Extensão do Norte de Mato Grosso – FAEPEN/MT

Nome Fantasia: Fundação FAEPEN

CNPJ: 27.969.843/0001-57

Situada: Rua das Castanheiras, 579, Edifício Harpia, Salas 12 e 13, Setor Comercial, Sinop/MT, CEP 78550-272

Fone: (66) 3192-0197

E-mail: projetos@faepenmt.com.br

Site: www.faepenmt.com.br

1.1 Sobre a proponente Fundação FAEPEN

A Fundação de Apoio ao Ensino, Pesquisa e Extensão do Norte de Mato Grosso – FAEPEN/MT, entidade sem fins lucrativos, nascida da visão inovadora dos servidores da UNEMAT Campus Universitário de Sinop, é um elo vital entre a Universidade do Estado de Mato Grosso - UNEMAT, empresas, governo, outras universidades, instituições e a sociedade.

Nossa missão é promover o desenvolvimento institucional, científico e tecnológico, além de apoiar programas, projetos e ações de ensino, pesquisa e extensão. Fazemos isso por meio da participação em editais, celebração de contratos e convênios, e outras formas de cooperação, tendo como objetivo dar suporte às ações da Unemat no desenvolvimento de seus projetos e ações, auxiliando na execução administrativa e financeira dos recursos captados, credenciada como Fundação de apoio junto a UNEMAT por meio da Resolução 42/2017-CONSUNI.

1.2 O Grupo de Pesquisa

O Grupo de Pesquisa Constitucionalismos, Democracias e Políticas Públicas (CONDEPPU), certificado pelo CNPq desde 2010, congrega pesquisadores de diferentes áreas do conhecimento, que têm como foco primordial estudos dentro do eixos temáticos propostos, partindo da abordagem interdisciplinar nas pesquisas e trabalhos realizados de forma aplicada aos problemas locais e regionais. O CONDEPPU tem efetivado suas ações a partir das seguintes Linhas de Pesquisa: Comportamento Político, Estudos Eleitorais, Políticas Públicas, Estado, Democracia e Políticas Públicas, Migrações, Fronteiras e Memórias. Os trabalhos realizados por seus pesquisadores abrangem monografias, livros, projetos de pesquisa e extensão, produção de artigos científicos, dissertações, palestras, conferências nacionais e regionais, orientações técnicas, seminários, participação em banca de defesas de monografias de graduação e pós-graduação, bancas de concursos, oferta de especializações e trabalhos técnicos. A seguir, apresentamos a qualificação dos pesquisadores responsáveis pelo Projeto proposto considerando formação acadêmica, atuação profissional etc.

Fundação FAEPEN - CNPJ 27.969.843/0001-57 - ☎️ +55 66 3192-0197

Rua das Castanheiras, 579, Edifício Harpia, Salas 12 e 13, Setor Comercial, Sinop/MT, CEP 78550-272

www.faepenmt.com.br – projetos@faepenmt.com.br

Assinado por 1 pessoa: VANDER ALBERTO MASSON
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://itangaradaserra.1doc.com.br/verificacao/AAB4-4FBD-9489-B72A>



1.3 Pesquisadores

1.3.1 Responsável Técnico Raimundo Nonato da Cunha França:

Graduado em Ciência Política, pela Universidade Federal do Acre(2002) e Direito pela UNIC. É mestre em Ciências Sociais, Política, Governo e Sociedade, pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (2006). É doutor em Ciências Sociais na Área de Concentração: Política, Governo e Sociedade. É professor Adjunto na Universidade do Estado do Mato Grosso. Tem experiência na área de Ciência Política e Sociologia Política, com ênfase nos temas: estado, governo, partidos, democracia, comportamento político e políticas públicas. Foi professor substituto na Universidade Federal do Acre (2002-2004), Estagiário Docente da Disciplina de Teoria da Democracia (2005-2006) na Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), Assessor Parlamentar, Coordenador Técnico do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA), Coordenador de Projetos e Programas da Secretaria de Juventude do Acre, Coordenador das Casas de Medidas Socioeducativas do Acre. Líder do Grupo de Pesquisa: Constitucionalismos, Democracias e Políticas Públicas – CNPq. Coordenou a Pós-Graduação Lato Sensu em Políticas Públicas, onde, também, ministrou as disciplinas de Ciência Política e Políticas Públicas. Foi membro do Conselho Ensino, Pesquisa e Extensão (CONEPE). Foi Diretor Político e Pedagógico do Campus Universitário Prof. Eugênio Carlos Stieler – UNEMAT. É Professor do Programa de Pós-graduação Stricto Sensu em Ambiente e Sistemas de Produção Agrícola e do Programa de Mestrado em Sociologia Política do UFMT e do Mestrado em Ensino em Contexto Intercultural.

1.3.2 Coordenadora Aparecida de Fátima Alves de Lima:

Graduada em Administração pela UNEMAT (1995). Mestre em Administração pela UNEX – Espanha (2003). Especialista em Finanças e Controladoria UNIC (2000) e em Administração Rural pela UFLA (2001). Doutora em Ciências Contábeis pela UNISINOS (2021). Atualmente, é professora Sênior da Universidade do Estado de Mato Grosso. Participou do grupo de Pesquisa GAFA – Gestão e Apoio a Agricultura Familiar da UNEMAT (GAFA). Desenvolve estudos nas temáticas relacionadas à agricultura familiar e arranjos produtivos locais, abordando aspectos sociais, econômicos e ambientais. Colaboradora do Grupo de Pesquisa: Constitucionalismos, Democracias e Políticas Públicas – CNPq. Desenvolve projetos de extensão com foco nos empreendimentos rurais de base familiar, sucessão familiar, gestão do agronegócio, custos ambientais e finanças.

2. Síntese dos Serviços a serem executados

Contratação de serviços técnicos especializados para a realização de diagnósticos sociais no Município de Tangará da Serra, conforme especificações constantes no Anexo I:

- A.** Diagnóstico da menina, da adolescente, da mulher e da idosa. O estudo fornecerá base sólida para a formulação de políticas públicas mais eficazes e direcionadas para o enfrentamento da violência doméstica e familiar contra a população feminina tangaraense.
- B.** Diagnóstico da Pessoa Idosa trará melhor compreensão sobre a realidade população idosa, constituindo-se em eixo norteador para o planejamento de ações voltadas ao fortalecimento do sistema de garantia de direitos da pessoa idosa no município de Tangará da Serra MT.
- C.** Diagnóstico da pessoa com deficiência e da pessoa em situação de rua, se propoe compreender a realidade dessas populações, identificando demandas, dificuldade de acesso aos serviços públicos etc., e contribuir com a formulação de políticas públicas de inclusão social, no município de Tangará da Serra.
- D.** Diagnóstico da Situação da Criança e do Adolescente de forma a apontar demandas, ofertas e encaminhamentos para promoção, proteção, defesa e atendimento dos direitos da Criança e do Adolescente, além de mapear e analisar ações da Rede de Atendimento a Criança e Adolescente do Município de Tangará da Serra MT.
- E.** Diagnóstico da Situação do Trabalho Infantil, levantando principais características, causas e consequências, de modo a contribuir na elaboração de Política Municipal para erradicação do trabalho infantil e na preservação dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes.



3. Valor global e prazo para execução

A presente proposta tem o valor global de **R\$ 385.020,35 (trezentos e oitenta e cinco mil, vinte reais e trinta e cinco centavos)**. O prazo de execução do projeto será de 15 (quinze) meses, contados a partir da data de assinatura do instrumento contratual, conforme descrito a seguir:

QTD.	ESPECIFICAÇÃO	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	A - Diagnóstico da realidade da menina, da adolescente, da mulher, da idosas e mulher em situação de rua	R\$ 77.004,07	R\$ 77.004,07
1	B - Diagnóstico social da pessoa idosa	R\$ 77.004,07	R\$ 77.004,07
1	C - Diagnóstico da pessoa com deficiência e em situação de Rua	R\$ 77.004,07	R\$ 77.004,07
1	D - Diagnóstico da realidade de crianças e adolescentes	R\$ 77.004,07	R\$ 77.004,07
1	E - Diagnóstico da situação do trabalho Infantil	R\$ 77.004,07	R\$ 77.004,07
TOTAL GERAL			R\$ 385.020,35

4. Cronograma de desembolsos

PAGAMENTO DO REPASSE	PARCELAS	VALOR DA PARCELA
Setembro/2025	1ª	R\$ 48.127,54
Outubro/2025	2ª	R\$ 48.127,54
Novembro/2025	3ª	R\$ 48.127,54
Dezembro/2025	4ª	R\$ 48.127,54
Janeiro/2026	5ª	R\$ 48.127,54
Fevereiro/2026	6ª	R\$ 48.127,54
Março/2026	7ª	R\$ 48.127,54
Abril/2026	8ª	R\$ 48.127,57
TOTAL:		R\$ 385.020,35

Validade da proposta: 3 (três) meses.

Sendo o que temos para o momento, desde já agradecemos a atenção e nos colocamos a disposição para dirimir eventuais dúvidas.

Cordialmente,

JEFERSON ODAIR
DIEL:98739239934
Assinado de forma digital por
JEFERSON ODAIR
DIEL:98739239934
Dados: 2025.08.22 16:21:49
+04'00'

Jeferson Odair Diel
Diretor Administrativo e Financeiro
Fundação FAEPEN

ANEXO 1

Proposta de Diagnóstico da menina, da adolescente, da mulher e da idosa do município de Tangará da Serra MT

Introdução:

As mulheres desempenham importante papel na sociedade e contribuem significativamente para o desenvolvimento econômico, social e cultural das comunidades onde vivem. No entanto, ainda enfrentam diversas desigualdades e desafios, que variam de acordo com fatores como classe social, raça, idade e localização geográfica.

A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) do IBGE revelou que em apenas dois anos, o estado de Mato Grosso passou a ter mais mulheres do que homens. A virada demográfica aconteceu entre 2022 e 2024, com um crescimento expressivo da população feminina, que se sobrepôs a população masculina no estado. Segundo a PNDc, em 2022 o estado contava com uma população total estimada em 3.566 milhões de pessoas, sendo 50,76% de homens e 49,24% mulheres. Porém, em apenas dois anos, essa relação se inverteu. No quarto trimestre de 2024, a população feminina saltou para 50,60%, enquanto a masculina recuou ligeiramente para 49,40%, de um total de 3.642 milhões de habitantes. A mudança, ainda que numérica e estatisticamente sutil, representa uma virada histórica na composição demográfica de Mato Grosso e reforça a importância de considerar a equidade de gênero no planejamento de políticas públicas, especialmente em áreas como saúde, educação, trabalho e segurança. A Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher (VDFcM) também se caracteriza como um problema grave que provoca danos irreversíveis nas vítimas, afetando cerca de 29% da população feminina brasileira. Dentre esse conjunto de fatores, torna-se necessário compreender qual é o efeito prático que as políticas públicas atuais estão gerando para reduzir indicadores de violência contra a mulher. A realização de diagnóstico sobre a situação das mulheres no âmbito municipal é etapa fundamental para a promoção da igualdade de gênero e o fortalecimento das políticas públicas voltadas para este grupo. Um mapeamento abrangente permitirá identificar necessidades específicas das mulheres, revelar realidades muitas vezes

invisibilizadas, além de possibilitar melhor compreender as barreiras que limitam seus direitos. Adicionalmente, a análise fornecerá base sólida para a formulação de políticas públicas mais eficazes e direcionadas para o enfrentamento da violência doméstica e familiar contra a população feminina tangaraense. Dito de outro modo, a importância de realizar esse diagnóstico vai além da simples coleta de dados; trata-se de um passo essencial para garantir que as vozes das mulheres sejam ouvidas e consideradas nas decisões que impactam suas vidas.

Objetivo Geral:

Contribuir na implementação de políticas públicas integradas para a construção e a promoção da igualdade de gênero, raça e etnia e enfrentamento da violência, por meio da elaboração de Diagnóstico do perfil da mulher no município de Tangará da Serra MT.

Objetivos específicos:

- Levantar faixa etária, raça, classe social e localização geográfica, condições de vida, saúde, educação, renda, composição familiar, segurança etc.
- Ouvir mulheres sobre aspectos relacionados à desigualdade de gênero e agressões (física e sexual) contra mulheres das áreas urbana e rural no município.
- Levantar quantidade de boletins de ocorrência policial de lesão corporal dolosa em casos de VDFcM, feminicídio e estupro entre o ano de 2020 e 2024.
- Elaborar mapa municipal da violência doméstica contra a mulher, com recortes étnico-raciais.
- Levantar junto às secretarias e órgãos do executivo municipal, ações governamentais desenvolvidas a partir da perspectiva de gênero.
- Revisar ações do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher (CMDM), identificando avanços e dificuldades quanto à formulação e controle de políticas voltadas para a

mulher.

- Verificar existência da oferta de serviços por entidades não-governamentais voltadas à promoção, defesa e atenção à mulher no município.

Metodologia:

A metodologia deste estudo sobre a situação das mulheres foi cuidadosamente planejada para garantir que os dados coletados sejam relevantes, precisos e representativos. Por se tratar de estudo exploratório, comparativo e transversal, com abordagem metodológica quanti-qualitativa e documental, serão utilizados procedimentos e etapas distintas que envolvem análise documental da produção municipal acerca das políticas voltadas a mulheres, coleta e análise de dados secundários e primários, entrevistas, grupos focais etc. A vida das mulheres é marcada por múltiplas dimensões interligadas (trabalho, saúde, família, violência, educação, moradia etc.), o que exige uma abordagem multidisciplinar na execução do diagnóstico. É importante lembrar que mulheres não são um grupo homogêneo, mulheres negras, indígenas, jovens, idosas, com deficiência, LGBTQIA+ ou em situação de vulnerabilidade têm necessidades diferentes. Esperamos que o diagnóstico ajude a identificar essas especificidades, de tal modo que possam ser priorizadas ações na formulação das políticas para esse público.

Em termos de levantamento das ações e dos serviços locais, são informações que serão obtidas junto ao governo local para a realização do diagnóstico. Trata-se de buscar compreender quais são os órgãos, serviços, ações, programas e políticas disponíveis para atender às necessidades da mulher; identificar a rede local de proteção de direitos e de atendimento; as entidades e organizações da sociedade civil organizada, enfim, levantar ações do setor público e dos potenciais parceiros.

Em primeiro lugar, a coleta terá por base o levantamento bibliográfico e documental que consiste na coleta de dados e informações sobre as políticas públicas tais como: leis e normativas existentes, relatórios de conferências anteriores em âmbito municipal, planos, protocolos, fluxos, dentre outros documentos. Estes dados serão solicitados aos setores vinculados às Secretarias do município de Tangará da Serra, tais como: Gabinete de Políticas Públicas para mulheres, Secretaria Municipal de Assistência Social (SEMAS), Secretaria Municipal de Saúde (SMS), Secretaria Municipal de Educação (SEMEC), Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), Centro de Referência Especializada de Assistência

Social (CREAS).

Na sequência, serão coletados dados secundários junto às bases oficiais, entre eles: IBGE/PNADc, Censo Escolar da Educação Básica (MEC/INEP), Dados Nacionais de Segurança Pública (SINESP), da Assistência Social (Cadastro Único e Registro Mensal de Atendimentos – RMA) e da Saúde (Sistema de Informação de Agravos de Notificação – SINAN, SINASC – Sistema de Informações sobre nascidos vivos, e Sistema de Informação em Saúde para a Atenção Básica – SISAB) e Censo SUAS: O Censo do Sistema Único de Assistência Social. Para fins de análise comparativa, serão coletados dados secundários de 2020, 2021, 2022, 2023 e 2024.

Também está prevista a coleta de dados primários que consiste em obter informações diretamente com as pessoas envolvidas no contexto estudado. A coleta de dados primários será realizada com o objetivo de compreender, de forma aprofundada, a realidade social da mulher no município de Tangará da Serra. Além das mulheres, também serão abordados técnicos e técnicas que trabalham nos equipamentos socioassistenciais, CRAS, CREAS, CAPS etc., e representantes da Rede de apoio. Nesta etapa, serão utilizadas técnicas que possibilitem a escuta direta dos sujeitos, garantindo que suas percepções, necessidades e potencialidades sejam consideradas no processo do diagnóstico. Serão empregadas as seguintes técnicas metodológicas:

- I.** Entrevistas semiestruturadas com lideranças comunitárias, moradoras, representantes de instituições locais e outros atores sociais relevantes.
- II.** Grupos focais: encontros com grupos de mulheres da comunidade (jovens, idosas ou profissionais de determinadas áreas) para discutir coletivamente questões relacionadas à sua localidade, às políticas públicas e às condições de vida.
- III.** Observação direta: visitas de campo com registros descritivos da dinâmica do território, das condições de infraestrutura, da interação entre moradoras, e da presença/ausência de equipamentos sociais.
- IV.** Aplicação de questionários: com perguntas fechadas e abertas, voltadas à coleta de

dados sociodemográficos, acesso a serviços e percepção das mulheres sobre problemas e demandas locais.

Todo o processo respeitará os princípios éticos da pesquisa social, assegurando o consentimento livre e esclarecido dos participantes e a confidencialidade das informações. Para a execução das atividades relacionadas ao diagnóstico municipal dos grupos populacionais de interesse, será necessário montar duas equipes: a equipe técnica e a equipe de campo. Profissionais de diferentes expertises e perfis irão compor a equipe técnica, ou seja, cientista social, estatístico, digitadores, psicólogos etc. Já a equipe de campo, será formada por recenseadores, técnico de campo, e articulador comunitário. Estas equipes dialogarão constantemente e terão a orientação de um coordenadora geral. Os resultados apurados serão apresentados preliminarmente, para a comunidade e especialistas locais para validação com grupos focais, de modo a garantir que as percepções da população sejam consideradas e que os dados reflitam a realidade. Também serão analisados à luz da estrutura dos fluxos de atendimentos dos equipamentos públicos e qualidade dos recursos humanos disponíveis. Adicionalmente, será produzido material orientativo para implementação de ações que subsidiem a construção de Políticas Públicas para mulheres no município de Tangará da Serra MT. A abordagem metodológica contemplará as atividades abaixo especificadas.

1. Reunião para alinhamento com membros da Secretaria Municipal de Assistência Social, Conselhos de Direitos, gestores e demais assistentes para definição e elaboração de cronograma de trabalho.
2. Pesquisa documental das leis normativas relatórios de conferências anteriores em âmbito municipal, protocolos e fluxos dentre outros. Estes dados serão solicitados aos setores vinculados às Secretarias e órgãos de controle social do município de Tangará da Serra.
3. Elaboração de instrumentos para coleta e organização dos dados (roteiros de entrevistas, questionários de observação, planilhas etc.), definição metodológica, técnicas de abordagem e instrumentos.
4. Apresentação da metodologia do trabalho a ser desenvolvido, identificação das comunidades locais, pactuação de compromissos e responsabilidades do município, dos pesquisadores e conselheiros.
5. Capacitação da equipe responsável pela coleta de dados para garantir que compreendam os objetivos do projeto e a importância de abordar as questões de gênero com sensibilidade.
6. Coleta de Dados secundários junto às bases oficiais.
7. Organização e análise dos dados coletados com identificação de padrões e tendências, com aplicação de ferramentas estatísticas e geográficas.
8. Realização de Oficinas consultivas com técnicos da rede de proteção e com dirigentes de serviços e instituições relacionados ao atendimento à mulher, com mulheres e organizações locais. Com vistas a obter sugestões para ajustes nos resultados apurados.
9. Apresentação de Relatórios Parciais da execução cada etapa do estudo.
10. Levantamento de dados primários que serão coletados por meio de entrevistas, aplicação de questionários e escuta ativa etc., junto ao público-alvo deste estudo.
11. Escolha e apuração dos Indicadores relevantes para delinear o perfil da Mulher no município de Tangará da Serra.
12. Sistematização e compilação dos resultados, com vistas a evidenciar a violência doméstica e familiar e vulnerabilidades de gênero.
13. Levantamento das ações de atenção voltadas à mulher em âmbito municipal, com análise conjunta dos problemas e das potencialidades do município de Tangará da Serra.
14. Elaboração do documento “Diagnóstico da mulher, da menina, da adolescente e da idosa no município de Tangará da Serra MT”.
15. Divulgação do Diagnóstico junto a autoridades municipais, organizações da sociedade civil e a população em geral.
16. Entrega do Relatório Final.

Cronograma das atividades

1ª ETAPA	Mês 1	Mês 2	Mês 3	Mês 4	Mês 5	Mês 6	Mês 7	Mês 8	Mês 9	Mês 10	Mês 11	Mês 12	Mês 13	Mês 14	Mês 15
Reunião de alinhamento CMDM/SEMAS															
Formalizar de Comissão															
Especificar atribuições da comissão.															
Pesquisa documental ações existentes															
Definir mapa geográfico e áreas urbanas e rurais a serem abordadas neste estudo.															
Aprovação do cronograma de trabalho.															
Treinamento/Preparação da equipe															
Comunicação à sociedade sobre o início do trabalho de Diagnóstico.															
Relatório parcial															
2ª ETAPA	Mês 1	Mês 2	Mês 3	Mês 4	Mês 5	Mês 6	Mês 7	Mês 8	Mês 9	Mês 10	Mês 11	Mês 12	Mês 13	Mês 14	Mês 15
Elaboração de instrumentos de coleta (roteiros de entrevistas, questionários de observação, planilhas etc.)															
Oficina para preparação da equipe técnica, Conselheiros etc.															
Coletar dados secundários (IBGE, MDS/SUAS/SAGI, Cadúnico)															
Identificar e relacionar serviços e programas existentes no município (Saúde, Assistência Social, Educação etc.)															
Formular quadro inicial de hipóteses															
Analisar informações e identificar territórios críticos (bairros ou distrito) MAPA															
Oficina Consultiva p/ validação de dados															
Elaboração de Relatório parcial															



3ª Etapa	Mês 1	Mês 2	Mês 3	Mês 4	Mês 5	Mês 6	Mês 7	Mês 8	Mês 9	Mês 10	Mês 11	Mês 12	Mês 13	Mês 14	Mês 15
Levantar <i>in loco</i> , serviços e programas de saúde existentes no município p/ mulheres (SEMAS, UBS, CAPS, CRI, CRAS, CREAS etc.).															
Coletar informações da incidência de crimes e violações de direitos contra a Mulher (Vara de Justiça e Promotoria do Ministério Público da Comarca).															
Coletar junto à Delegacia da Mulher dados sobre tipos de crimes contra mulheres.															
Oficina Consultiva, grupos de Discussão para captar a opinião das próprias mulheres sobre o seu dia a dia no município.															
Elaborar Relatório da etapa 3															

4ª Etapa	Mês 1	Mês 2	Mês 3	Mês 4	Mês 5	Mês 6	Mês 7	Mês 8	Mês 9	Mês 10	Mês 11	Mês 12	Mês 13	Mês 14	Mês 15
Análise comparativa de entrevistas (mulheres e profissionais da rede de atendimento).															
Reunião de diálogos sobre resultados e proposta de melhorias de ação do município															
Encaminhamento das Propostas de Ação para respectivo Conselho Municipal para aprovação final.															
Divulgação e discussão das propostas em espaços públicos como: Seminário,															

Fundação FAEPEN - CNPJ 27.969.843/0001-57 - ☎️ +55 66 3192-0197
 Rua das Castanheiras, 579, Edifício Harpia, Salas 12 e 13, Setor Comercial, Sinop/MT, CEP 78550-272
www.faepenmt.com.br – projetos@faepenmt.com.br



fórum etc.)															
Elaboração do Relatório Final.															

Proposta de Diagnóstico da realidade da pessoa Idosa no município de Tangará da Serra MT

Introdução:

O envelhecimento é um processo biológico natural dos seres vivos caracterizado pela diminuição de algumas funções físicas ou psicológicas, que podem levar o indivíduo a determinado grau de dependência de cuidados, geralmente realizados pelos familiares ou pessoas próximas ao idoso. Além disso, o processo de envelhecimento pode trazer à vida do indivíduo desafios como a perda de papéis sociais, a finitude das atividades econômicas, o surgimento ou agravamento de doenças crônico-degenerativas, corroborando para o quadro de dificuldades desta população (CAMARANO, 2004).

Tais situações podem aumentar a vulnerabilidade e suscetibilidade desse grupo a diversos problemas sociais. Dentre eles, destaca-se a violência, que merece atenção devido às consequências físicas e psicológicas irreversíveis que afetam na qualidade de vida das pessoas idosas ou não. A violência pode assumir as formas de abusos físicos, psicológicos, sexuais, financeiros, negligências, abandono com ocorrência nos campos social, institucional e familiar e em diferentes situações. No Brasil o principal marco para ações de proteção às pessoas com 60 anos ou mais e que avançou no que se refere ao enfrentamento à violência contra o idoso é o Estatuto do Idoso (BRASIL, 2003). Lei nº 10.741/2003.

De acordo com os dados do Censo IBGE de 2022, a população idosa no Brasil tem crescido significativamente. Em 2022, cerca de 15,5% da população brasileira era composta por pessoas com 60 anos ou mais, o que representa um aumento em relação aos censos anteriores. Esse crescimento é resultado do aumento da expectativa de vida e das melhorias nas condições de saúde e bem-estar. Em Mato Grosso, a população idosa também apresentou um aumento. Os dados do Censo de 2022 indicam que aproximadamente 12% da população do estado é composta por pessoas com 60 anos ou mais. Esse crescimento reflete tendências semelhantes observadas em outras partes do Brasil, com um aumento na expectativa de vida e uma maior valorização do envelhecimento ativo. Esses dados são essenciais para a formulação de políticas públicas voltadas para a saúde, assistência social e inclusão da população idosa, garantindo que suas necessidades sejam atendidas de maneira adequada.

Diagnóstico é uma poderosa ferramenta de gestão que possibilita a ação em direção à solução de problemas coletivos. Em se tratando do Diagnóstico Municipal da Pessoa Idosa, é uma ferramenta que permite avaliar o desempenho da gestão pública em termos de ações e de serviços disponibilizados para a população idosa. Além disso, favorece a busca da melhor compreensão sobre a realidade local, tanto em relação ao município quanto em relação à população idosa que nele habita, convertendo-se, assim, em direcionamento para a ação, para o acompanhamento, para a avaliação e para a gestão das políticas públicas.

Embora realizado com o intuito de fortalecimento das políticas públicas, o Diagnóstico Municipal da Pessoa Idosa é de grande utilidade para o Conselho Municipal de Direitos da Pessoa Idosa e de outras instituições governamentais e não governamentais que trabalham com ou para a população idosa. Neste sentido, propomos a elaboração e execução de diagnóstico da população idosa, com vistas a efetivação de políticas sociais públicas que permitam a melhoria da qualidade de vida dos idosos no município.

Objetivo Geral:

Realizar diagnóstico da situação da pessoa idosa tendo como eixo norteador o planejamento de ações voltadas o fortalecimento do sistema de garantia de direitos da pessoa idosa no município de Tangará da Serra MT.

Objetivos específicos:

- Levantar dados como idade, raça, classe social e localização geográfica, condições de vida, saúde, educação, ocupação, renda, composição familiar, segurança dentre outros dados, identificando suas necessidades específicas.
- Avaliar a estrutura e o funcionamento do Conselho Municipal dos Direitos do Idoso, forças, fragilidades, desafios e oportunidades para o fortalecimento do conselho.
- Mapear o sistema de garantia dos direitos da pessoa idosa, composto pelo conjunto de serviços, programas e instituições de atendimento existentes no município (Saúde, Educação, Assistência Social, Trabalho, Previdência, Justiça, Segurança etc.).
- Identificar quais são as entidades e organizações da sociedade civil organizada e potenciais parceiros que atendem a população idosa local.
- Elaborar um panorama geral da situação da população idosa do município, considerando aspectos demográficos, de trabalho, de renda, pobreza, da aposentadoria, assistência social, educação, saúde, dentre outros.
- Orientar na formulação de propostas de ação para o fortalecimento do sistema de garantia de direitos da pessoa idosa no município.

Metodologia:

Por se tratar de estudo exploratório, comparativo e transversal, com abordagem metodológica quanti-qualitativa e documental, serão utilizados procedimentos e etapas distintas que envolve análise documental da produção municipal acerca das políticas voltadas a população idosa, coleta e análise de dados secundários e primários, entrevistas com técnicos e gestores do poder público local, profissionais que atuam na rede de atenção da pessoa idosa.

Em termos de levantamento das ações e dos serviços locais, são informações que serão obtidas junto ao governo local para a realização do diagnóstico. Trata-se de buscar compreender quais são os órgãos, serviços, ações, programas e políticas disponíveis para atender às necessidades da população idosa; identificar a rede local de proteção de direitos e de atendimento das pessoas idosas; quais são as entidades e organizações da sociedade civil organizada, enfim, levantar ações do setor público e dos potenciais parceiros.

A coleta de dados, em primeiro momento, será referente às ações municipais, as quais serão solicitadas por meio de ofícios à setores vinculados à rede de atendimento à pessoa idosa, tais como: Secretaria Municipal de Assistência Social (SEMAS) Secretaria Municipal de Saúde (SMS), Secretaria Municipal de Educação (SEMEC), Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), Centro de Referência Especializada de Assistência Social (CREAS).

Em segundo lugar, serão coletados dados sobre a pessoa idosa disponíveis nas bases oficiais da Assistência Social (Cadastro Único e Registro Mensal de Atendimentos – RMA) e da Saúde (Sistema de Informação de Agravos de Notificação – SINAN, Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde - CNES e Sistema de Informação em Saúde para a Atenção Básica – SISAB) e Censo SUAS: O Censo do Sistema Único de Assistência Social. Para fins de análise comparativa, serão coletados dados secundários de 2020, 2021, 2022, 2023 e 2024.

Todos os resultados encontrados serão apresentados preliminarmente, para a comunidade e especialistas locais para validação podendo ser com grupos focais, de modo a garantir que as percepções da população sejam consideradas e que os dados reflitam a realidade. Os resultados encontrados ainda serão analisados à luz da estrutura dos fluxos de atendimentos nos equipamentos públicos e na qualidade dos recursos humanos disponíveis no município. Adicionalmente, será produzido material orientativo para implementação de ações que subsidiem a construção de Políticas Públicas para a População Idosa do município de Tangará da Serra MT. A abordagem metodológica



contemplará as atividades abaixo especificadas.

Para a execução das atividades relacionadas ao diagnóstico municipal dos grupos populacionais de interesse, será necessário montar duas equipes: a equipe técnica e a equipe de campo. Profissionais de diferentes expertises e perfis irão compor a equipe técnica, ou seja, cientista social, estatístico, digitadores, assistente social, psicólogos etc. Já a equipe de campo, será formada por recenseadores, técnico de campo, e articulador comunitário. Estas equipes dialogarão constantemente e terão a orientação de um coordenadora geral.

Relação das atividades a serem executadas:

Etapa nº 01

Atividades
Reunião de alinhamento com membros da Secretaria Municipal de Assistência Social, Conselheiros, gestores e demais assistentes sobre a importância e necessidade de realizar o diagnóstico.
Formalizar de Comissão Municipal que deverá acompanhar o ciclo dos trabalho, com definição de servidores que acompanharão à comissão.
Especificar as atribuições dos membros da comissão.
Promover autoavaliação sobre a estrutura e o funcionamento do Conselho Municipal dos Direitos do Idoso.
Definir mapa geográfico do município distinguindo com clareza as áreas urbanas e rurais a serem abordadas neste estudo.
Definição e aprovação do cronograma de trabalho.
Comunicação à sociedade local sobre o início do trabalho de Diagnóstico.
Pesquisa documental, consistirá na coleta de dados e informações sobre as políticas públicas tais como: leis e normativas existentes, relatórios de conferências anteriores em âmbito municipal, planos , protocolos, fluxos, dentre outros documentos que balizam a atuação das equipes nas suas especificidades. Os dados serão disponibilizados pelos setores vinculados às Secretarias e órgãos de controle social do município de Tangará da Serra e ajudarão a formar uma visão ampla das características básicas do município e de sua população idosa.
Elaboração de Relatório parcial das atividades.

Etapa nº 02

Elaboração de instrumentos para coleta e organização dos dados (roteiros de entrevistas, questionários de observação, planilhas etc.), definição metodológica e técnicas de abordagem.
Oficina de preparação da equipe técnica, Conselheiros e demais participantes do trabalho.
Coletar dados secundários sobre população idosa (IBGE, MDS/SUAS/SAGI, CadÚnico), extraíndo e organizando informações de interesse.
Identificar e relacionar serviços e programas existentes no município e suas respectivas áreas (Saúde, Assistência Social, Educação etc.)

Formular quadro inicial de hipóteses sobre os principais problemas que atingem a população idosa. O objetivo será identificar como e em que intensidade os problemas e as potencialidades se expressam nas diferentes regiões, distritos, bairros ou pequenas comunidades do município.

Analisar informações e identificar territórios críticos (bairros ou distrito), com elaboração de mapas temáticos.

Coletar dados primários sobre percepções e vivência, junto a idosos residentes no município.

Análise comparativa dos dados coletados com vistas a identificar quais aspectos da situação socioeconômica do município afetam a população idosa.

Extrair dados relativos a violências e violações de direitos a partir do levantamento junto aos serviços e programas das diversas áreas analisadas.

Descrever as principais fragilidades e potenciais identificados nos serviços e programas da rede de serviços.

Sistematização e validação de dados por meio de Oficina Consultiva com membros do Conselho Municipal, sociedade civil, profissionais especializados e demais interessados.

Etapa nº 03

Levantar *in loco*, informações relativas aos serviços e programas de saúde existentes no município e específicos para idosos, destacando notificações de fatos violentos que tenham sido identificados (SEMAS, UBS, CAPS, CRI, CRAS, CREAS etc.).

Buscar junto à Vara de Justiça e à Promotoria do Ministério Público da Comarca, informações da incidência de crimes e violações de direitos praticados contra pessoas idosas no município.

Coletar junto à Delegacia de Polícia dados sobre tipos de crimes que têm vitimado com mais frequência a população idosa do município.

Identificar na rede de atendimento à pessoa idosa, existência de cursos de capacitação profissional que focalizem temas na área do envelhecimento.

Promover por meio de Oficina Consultiva, grupos de Discussão para captar a opinião dos próprios idosos sobre o seu dia a dia no município.

Elaborar Relatório da etapa 3 situação do sistema de garantia de direitos do idoso no município.

Etapa 4:

Análise comparativa das informações obtidas por meio de entrevistas junto aos idosos, seus familiares e profissionais da rede de atendimento.

Promover reunião de diálogos com gestores das políticas Setoriais (saúde, assistência social, educação, cultura, esporte e lazer etc.) e sociedade local (idosos, empresas e seus sindicatos ou associações, trabalhadores e seus sindicatos, associações de moradores, mídia local ou regional, vereadores, dentre outros), sobre os resultados obtidos e proposta de melhorias na capacidade de ação do município para o atendimento da população idosa.



Encaminhamento das Propostas de Ação para garantia dos Direitos dos Idosos, ao Conselho Municipal do Idoso para aprovação final.
--

Divulgação e discussão das propostas em espaços públicos como: Seminário, fórum etc.)

Elaboração do Relatório Final.

Cronograma das atividades

1ª ETAPA	Mês 1	Mês 2	Mês 3	Mês 4	Mês 5	Mês 6	Mês 7	Mês 8	Mês 9	Mês 10	Mês 11	Mês 12	Mês 13	Mês 14	Mês 15
Reunião de alinhamento CMAS															
Formalizar de Comissão															
Especificar atribuições da comissão.															
Pesquisa documental ações existentes															
Definir mapa geográfico e áreas urbanas e rurais a serem abordadas neste estudo.															
Aprovação do cronograma de trabalho.															
Treinamento/Preparação da equipe															
Comunicação à sociedade início do trabalho de Diagnóstico.															
Relatório parcial															
2ª ETAPA															
Elaboração de instrumentos de coleta (roteiros de entrevistas, questionários de observação, planilhas etc.)															
Oficina para preparação da equipe técnica e Conselheiros															
Coletar dados secundários (IBGE, MDS/SUAS/SAGI, CadÚnico)															
Identificar e relacionar serviços e programas existentes no município (Saúde, Assistência Social, Educação etc.)															
Formular quadro inicial de hipóteses															
Analisar informações e identificar territórios críticos (bairros ou distrito)															
Coletar dados sobre percepções e vivência, junto a idosos residentes no município.															

	Mês 1	Mês 2	Mês 3	Mês 4	Mês 5	Mês 6	Mês 7	Mês 8	Mês 9	Mês 10	Mês 11	Mês 12	Mês 13	Mês 14	Mês 15
Oficina Consultiva p/ validação de dados															
Elaboração de Relatório parcial															
3ª ETAPA															
Levantar <i>in loco</i> , serviços e programas de saúde existentes no município p/ idosos (SEMAS, UBS, CAPS, CRI, CRAS, CREAS etc.).															
Coletar informações da incidência de crimes e violações de direitos contra idosos (Vara de Justiça e Promotoria do Ministério Público da Comarca).															
Coletar junto à Delegacia de Polícia dados sobre tipos de crimes contra população idosa.															
Identificar na rede de atendimento cursos de capacitação profissional.															
Oficina Consultiva, grupos de Discussão para captar a opinião dos próprios idosos sobre o seu dia a dia no município.															
Elaborar Relatório da etapa 3															

4ª ETAPA	Mês 1	Mês 2	Mês 3	Mês 4	Mês 5	Mês 6	Mês 7	Mês 8	Mês 9	Mês 10	Mês 11	Mês 12	Mês 13	Mês 14	Mês 15
Análise comparativa de entrevistas idosos, familiares e profissionais da rede de atendimento.															
Reunião de diálogos sobre resultados obtidos e proposta de melhorias na capacidade de ação do município															
Encaminhamento das Propostas de Ação para garantia dos Direitos dos Idosos, ao Conselho Municipal do Idoso para aprovação final.															
Divulgação e discussão das propostas em espaços públicos como: Seminário, fórum etc.)															
Elaboração do Relatório Final.															



Proposta de Diagnóstico da realidade da pessoa com deficiência (PCD) e em situação de rua (PSR) no município de Tangará da Serra MT

Introdução:

Um diagnóstico municipal da pessoa com deficiência e em situação de rua é um estudo essencial para entender a realidade dessas populações em um determinado município. A inclusão social é assunto cada vez mais presente em nossa sociedade e o tema vem ganhando destaque nas discussões em todos os ambientes institucionais e na vida dos cidadãos, entretanto, sua efetivação requer ações coordenadas e estratégias bem elaboradas por parte do setor público.

Desde 2009, está vigente a Política Nacional para a População em Situação de Rua (PNPSR), instituída pelo Decreto nº 7.053, de 23 de dezembro de 2009. Conforme o Decreto, considera-se população em situação de rua o grupo populacional heterogêneo que possui em comum a pobreza extrema, os vínculos familiares interrompidos ou fragilizados e a inexistência de moradia convencional regular, e que utiliza os logradouros públicos e as áreas degradadas como espaço de moradia e de sustento, de forma temporária ou permanente, bem como as unidades de acolhimento para pernoite temporário ou como moradia provisória (BRASIL, 2009).

No Brasil, o marco legal, voltado a garantir direitos da pessoa com deficiência (PCD) foi instituído pela lei nº 13.146, de 2015, que estabelece direitos e garantias para as pessoas com deficiência em diversos aspectos, incluindo acesso à educação, saúde, trabalho, cultura, lazer, previdência social, dentre outros. Apesar da existência dessa legislação, ainda existem desafios para a efetiva inclusão das pessoas com deficiência, em todas as esferas públicas.

Segundo o Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania – MDHC, divulgados em agosto de 2023, com base nos dados e informações disponíveis nos sistemas do governo federal, a população PSR teve aumentado significativamente no Brasil. Entre 2018 e julho de 2023, o número de PSR cadastradas no CadÚnico quase dobrou, chegando a 221.113 pessoas. O número de municípios brasileiros com PSR cadastradas também quase dobrou, passando de 1.215 (22%), em 2015, para 2.354, em 2023 (42% dos municípios do país). No estado de Mato Grosso os dados indicaram que em 2023 havia 2.531 PSR, correspondendo a 1,1% de PSR do país.

Os dados da PNAD referentes ao tema deficiência divulgados em 2023 merecem atenção alguns destaques sobre as características educacionais e laborais das pessoas com deficiência. A população com deficiência no Brasil foi estimada em 18,6 milhões (considerando pessoas com 2 anos ou mais). O número corresponde a 8,9% da população com essa faixa etária. Desse total, o perfil era mais feminino (10%) do que masculino (7,7%).

No contexto da gestão pública, as Políticas Nacional para a População em Situação de Rua e para as Pessoas com Deficiência devem ser implementadas de forma descentralizada e articulada entre a União e os demais entes federativos. No entanto, para que se possa implementá-las de forma efetiva no âmbito municipal, é primordial ter informações fidedignas sobre essa população, a fim de se conhecer quantas pessoas estão em situação de rua, quantas pessoas possuem deficiência e qual é o perfil dessa população, buscando políticas direcionadas e oportunas.

Com vistas não somente a identificar demandas, mas também localizar a oferta de serviços públicos, e observar como a gestão pública se organizou até o momento para proporcionar acessibilidade, inclusão e respeito e dignidade à pessoa com deficiência e em situação de rua é que nos propomos a elaborar o diagnóstico situacional destes grupos da população tangaraense.

Objetivo Geral:

Contribuir com a formulação de políticas públicas de inclusão social por meio da realização de diagnóstico social de PCD e PSR no município de Tangará da Serra.

Objetivos específicos:

- Levantar dados como idade, raça, escolaridade, nacionalidade, localização geográfica dentre outros, identificando suas necessidades específicas.
- Identificar barreiras ao acesso a serviços públicos, como saúde, educação, assistência social e moradia.
- Apresentar panorama municipal de PCD, contendo:
 - a) nº estimado de PCD no município;
 - b) distribuição por tipo de deficiência (física, visual, auditiva, intelectual, múltipla);
 - c) escolaridade, inserção no mundo do trabalho, acesso à saúde e serviços sociais;
 - d) condições de moradia e mobilidade urbana;
 - e) participação em políticas públicas (educação inclusiva, reabilitação etc.).
- Apresentar panorama municipal de PSR, contendo:
 - a) Número estimado de pessoas em situação de rua
 - b) perfil sociodemográfico (idade, gênero, raça, tempo de rua).
 - c) Causas da situação de rua (desemprego, violência, transtornos mentais, uso de substâncias).
 - d) Acesso a serviços de acolhimento, saúde, alimentação, documentação.
 - e) Existência de equipamentos públicos especializados, abrigos institucionais, consultórios na rua.
- Analisar dados oficiais do município de Tangará da Serra, relativos oferta de políticas de Educação, Esporte e Cultura, Lazer, Saúde, Assistência Social etc. voltada a pessoa com deficiência e pessoa em situação de rua.
- Revisar ações do Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS), identificando avanços e dificuldades quanto à formulação e controle de políticas voltadas para estes grupos da população.
- Verificar existência de entidades não-governamentais ofertante de serviços voltados à garantia dos direitos da PCD e PSR.
- Orientar Conselheiros, técnicos, gestores e demais interessados na formulação de propostas e Planos de ação para o fortalecimento do sistema de garantia de direitos de PCD e PSR.

Metodologia:

Por se tratar de estudo exploratório, comparativo e transversal, com abordagem metodológica quanti-qualitativa e documental, serão utilizados procedimentos e etapas distintas que envolve análise documental da produção municipal acerca das políticas voltadas à pessoa com deficiência, coleta e análise de dados secundários e primários, entrevistas com técnicos e gestores do poder público local, profissionais que atuam no atendimento de PCD e PSR.

Em termos de levantamento das ações e dos serviços locais, são informações que serão obtidas junto ao governo local para a realização do diagnóstico. Trata-se de buscar compreender quais são os órgãos, serviços, ações, programas e políticas disponíveis para atender às necessidades de PCD e PSR, identificar a rede local de atenção e de atendimento dessas pessoas, quais são as entidades e organizações da sociedade civil organizada, enfim, levantar ações voltadas ao público-alvo pelo setor público e potenciais parceiros.

As técnicas para coletas de dados incluem Levantamento de dados secundários (IBGE, CadÚnico, SINAN, SUS, Censo SUAS). Entrevistas com pessoas com deficiência e/ou em situação de rua. Escuta ativa com organizações da sociedade civil, conselhos municipais, etc. Visitas técnicas a serviços de acolhimento, CRAS, CREAS, CAPS, UBSs etc.

Em primeiro lugar, serão levantados dados e informações específicos de PCD e PSR disponíveis nos registros administrativos, as quais serão solicitadas por meio de ofícios para: Secretaria Municipal de Assistência Social (SEMAS) Secretaria Municipal de Saúde

(SMS), Secretaria Municipal de Educação e Cultura (SEMEC), Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), Centro de Referência Especializada de Assistência Social (CREAS). Em segundo lugar, serão coletados dados sobre PCD e PSR nas bases oficiais da Assistência Social (Cadastro Único e Registro Mensal de Atendimentos – RMA) e da Saúde (Sistema de Informação de Agravos de Notificação – SINAN, Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde

- CNES e Sistema de Informação em Saúde para a Atenção Básica – SISAB) e Censo

SUAS: O Censo do Sistema Único de Assistência Social. Para fins de análise comparativa, serão coletados dados secundários de 2020, 2021, 2022, 2023 e 2024. Tendo em vista a limitação de fontes de dados sobre a pessoa com deficiência, pelo fato de que as principais fontes utilizadas (Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal, Registros Mensais de Atendimento socioassistencial e Censo Suas), podem não refletir a situação atual da pessoa com deficiência, também serão coletados dados primários junto às comunidades locais de tal modo que seja possível identificar as principais necessidades e desafios enfrentados.

Nesta etapa, serão utilizadas técnicas que possibilitem a escuta direta dos sujeitos, garantindo suas percepções, necessidades e potencialidades sejam consideradas no diagnóstico. Serão empregadas as seguintes técnicas metodológicas: Entrevistas semiestruturadas: com abordagem junto a lideranças comunitárias, moradores, representantes de instituições locais e outros atores sociais relevantes. Grupos focais: encontros com grupos de pessoas (jovens, PCDs e profissionais de determinadas áreas) para discutir coletivamente questões relacionadas à sua localidade, às políticas públicas e às condições de vida.

Observação direta: visitas de campo com registros descritivos da dinâmica do território, das condições de infraestrutura, da interação entre moradores e da presença/ausência de equipamentos sociais.

Aplicação de questionários: com perguntas fechadas e abertas, voltadas à coleta de dados sociodemográficos, acesso a serviços e percepção de PCD e PSR sobre problemas e demandas locais.

Todos os resultados encontrados serão apresentados preliminarmente, para a comunidade e especialistas locais para validação, de modo a garantir que as percepções da população sejam consideradas e que os dados reflitam a realidade. Os resultados encontrados ainda serão analisados à luz da estrutura dos fluxos de atendimentos nos equipamentos públicos e na qualidade dos recursos humanos disponíveis no município. Adicionalmente, será produzido material orientativo para implementação de ações que subsidiem a construção de Políticas Públicas para PCD e PSR no município de Tangará da Serra/MT. A abordagem metodológica contemplará as atividades abaixo especificadas.

Atividades a serem desenvolvidas

1ª Etapa - Planejamento do Diagnóstico

1. Reunião de alinhamento com membros da Secretaria Municipal de Assistência Social, Conselhos de Direitos, gestores e demais assistentes para definição e elaboração de cronograma de trabalho.
2. Formalizar de Comissão Municipal que deverá acompanhar o ciclo dos trabalho, com definição de servidores que acompanharão à comissão. (multidisciplinar, especificar atribuições dos membros da comissão e pactuação de compromissos e responsabilidades do município, dos pesquisadores e conselheiros.
3. Pesquisa documental, consistirá na coleta de dados e informações sobre as políticas públicas tais como: leis e normativas existentes, relatórios de conferências anteriores em âmbito municipal, planos, protocolos, fluxos, dentre outros documentos que balizam a atuação das equipes nas suas especificidades.
4. Definir mapa geográfico do município distinguindo com clareza as áreas urbanas e rurais a serem abordadas neste estudo.
5. Comunicação à sociedade local sobre o início do trabalho de Diagnóstico.
6. Elaboração de Relatório parcial das atividades.

2ª Etapa -Preparação de instrumentos e Coleta de Dados secundários

1. Elaboração de instrumentos para coleta e organização dos dados (roteiros de entrevistas, questionários de observação, planilhas etc.).
2. Oficina de preparação da equipe técnica, Conselheiros e demais participantes do trabalho.
3. Coleta de Dados secundários junto às bases oficiais da Assistência Social (Cadastro Único e Registro Mensal de Atendimentos – RMA) e da Saúde (Sistema de Informação de Agravos de Notificação – SINAN, Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde - CNES e Sistema de Informação em Saúde para a Atenção Básica – SISAB) e Censo SUAS: O Censo do Sistema Único de Assistência Social.
4. Formular quadro inicial de hipóteses sobre os principais problemas que atingem a população alvo. O objetivo será identificar como e em que intensidade os problemas e as potencialidades se expressam nas diferentes regiões, distritos, bairros ou pequenas comunidades do município.
5. Organizar e analisar os dados coletados para identificar padrões e tendências. Utilizando ferramentas estatísticas e geográficas para visualizar as informações. Os dados serão analisados de forma descritiva e inferencial.
6. Oficina Consultiva - Validação e consulta comunitária, apresentando os resultados preliminares para a comunidade e especialistas locais para validação, podendo ser com grupos focais, seminários, reuniões comunitárias e em audiência pública. De modo a garantir que as percepções da população sejam consideradas e que os dados reflitam a realidade.
7. Apresentação do primeiro Relatório Parcial da execução do Diagnóstico Social dos grupos populacionais de interesse neste levantamento.

3ª Etapa- Coleta de dados primários

1. Levantamento dados primários a serem coletados por meio de entrevistas, aplicação de questionários e escuta ativa junto ao público-alvo em estudo.
2. Escolher e apurar Indicadores relevantes para delinear o retrato das condições de vida relativos a população PCD e PSR no município de Tangará da Serra e que incluam os aspectos individuais, sociais e estruturais:
 - Indicadores sociais - Relação entre o racismo estrutural e a situação de rua, Condições de moradia e trabalho, Acesso a serviços de saúde, Adesão a projetos terapêuticos, Qualidade do cuidado primário.
 - Indicadores individuais – identificar fatores de vulnerabilidade, abusos, deficiências crônicas, transtornos mentais, uso abusivo de drogas, frequência do consumo de substâncias etc.
 - Indicadores estruturais são relacionados à infraestrutura urbana, políticas públicas, Cadastro Único, número de unidades de assistência social.
3. Sistematização e compilação dos resultados, com elaboração de gráficos, mapas e análises da vulnerabilidade de PCD e PSR.
4. Validação de dados por Oficina Consultiva com membros do Conselho Municipal, sociedade, profissionais especializados e demais interessados.
5. Apresentação do Relatório parcial sobre o Diagnóstico PCD e PSR no município.

4ª Etapa

1. Análise conjunta dos problemas e das potencialidades do município de Tangará da Serra frente ao diagnóstico apurado.
2. Elaboração do documento “Diagnóstico da Realidade da População PCD e PSR no município de Tangará da Serra MT”.



-
3. Preparação de Orientações técnicas para implementação das Políticas Públicas.
 4. Entrega e divulgação dos materiais elaborados ao gestor municipal, órgãos de controle social, sociedade civil e demais interessados.
 5. Finalização do estudo.

Cronograma das atividades

1ª ETAPA	Mês 1	Mês 2	Mês 3	Mês 4	Mês 5	Mês 6	Mês 7	Mês 8	Mês 9	Mês 10	Mês 11	Mês 12	Mês 13	Mês 14	Mês 15
Reunião de alinhamento CMAS															
Formalizar de Comissão do Diagnóstico															
Especificar atribuições da comissão.															
Pesquisa documental ações existentes															
Definir mapa geográfico e áreas urbanas e rurais a serem abordadas neste estudo.															
aprovação do cronograma de trabalho.															
Comunicação à sociedade sobre o início do trabalho de Diagnóstico.															
Relatório preliminar															
2ª ETAPA															
Elaboração de roteiros de entrevistas, questionários de observação, planilhas etc.															
Oficina preparação da equipe técnica															
Coletar dados secundários (IBGE, MDS/SUAS/SAGI, CadÚnico, SISAB, Censo)															
relacionar programas existentes no município (Saúde, Assistência Social, Educação etc.)															
Formular quadro inicial de hipóteses															
Analisar informações e identificar territórios críticos (bairros ou distrito)															



3ª ETAPA	Mês 1	Mês 2	Mês 3	Mês 4	Mês 5	Mês 6	Mês 7	Mês 8	Mês 9	Mês 10	Mês 11	Mês 12	Mês 13	Mês 14	Mês 15
Coletar dados primários															
Apurar indicadores PCD/PSR															
Sistematização dos dados (gráficos, mapas etc)															
Validação dos dados Oficina Consultiva															
Elaborar Relatório da etapa 3															
Oficina Consultiva para validação dos dados															
Relatório parcial															

4ª Etapa	Mês 1	Mês 2	Mês 3	Mês 4	Mês 5	Mês 6	Mês 7	Mês 8	Mês 9	Mês 10	Mês 11	Mês 12	Mês 13	Mês 14	Mês 15
Análise comparativa de entrevistas com PCDs e profissionais da rede de atendimento.															
Reunião de diálogos sobre resultados obtidos e proposta de melhorias na capacidade de ação do município															
Encaminhamento das Propostas ao Conselho Municipal para aprovação final.															
Divulgação e discussão do estudo em espaços públicos como: Seminário etc.)															
Elaboração do Relatório Final.															



Proposta: Diagnóstico Situacional da Criança e do Adolescente no município de Tangará da Serra MT

Introdução:

De acordo com dados da UNICEF, o Brasil possui aproximadamente 53,7 milhões de pessoas com menos de 18 anos, representando cerca de 25% da população total. Mais da metade dessas crianças e adolescentes são afrodescendentes, e nas populações indígenas do país, cerca de um terço são crianças. Dados mais recentes do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), mostram que em Mato Grosso aproximadamente 24% da população total do estado são crianças e adolescentes com menos de 18 anos. Dentre elas, mais da metade (55%) se identifica como afrodescendente, enquanto uma parcela significativa (25%), pertence a populações indígenas e outras origens. As condições de moradia das crianças e adolescentes em Mato Grosso variam de acordo com a região e o contexto socioeconômico das famílias. Em áreas urbanas, cerca de 60% das crianças vivem em habitações adequadas, enquanto em áreas rurais, este número cai para 40%. A falta de acesso a serviços básicos, como água potável, saneamento e energia elétrica, ainda é um problema em muitas comunidades rurais do estado. Na área da Educação, as taxas de escolarização são altas entre os mais jovens, mas há desafios significativos a serem enfrentados, especialmente nas áreas rurais e em comunidades indígenas. O acesso a serviços de saúde de qualidade é essencial para o bem-estar das crianças e adolescentes. Entretanto, no estado de Mato Grosso, há disparidades significativas entre regiões urbanas e rurais. As principais estatísticas de saúde incluem por exemplo, significativa taxa de mortalidade infantil. No contexto da segurança, muitas crianças e adolescentes enfrentam situações de risco, violência, abuso e negligência. O breve resumo das estatísticas mostra a complexidade e a diversidade das necessidades das crianças e adolescentes em Mato Grosso. É fundamental que os gestores públicos utilizem dados e informações precisas para subsidiar a formulação de políticas públicas eficazes que promovam o desenvolvimento integral e garantam os direitos dessa população. Neste sentido, o diagnóstico situacional proposto fornecerá dados e informações que irão auxiliar na elaboração de planos e formulação de políticas públicas eficientes, bem como, na criação de metas e objetivos norteadores da aplicação de recursos públicos que garantam os direitos da infância e da adolescência no município de Tangará da Serra MT.

Objetivo Geral:

Identificar e compreender as condições de vida, as necessidades e os desafios enfrentados pelas crianças e adolescentes do município de Tangará da Serra MT, visando subsidiar a formulação de políticas públicas e ações que promovam o pleno desenvolvimento e a garantia de seus direitos.

Objetivos específicos:

- Levantar dados como faixa etária, escolaridade, gênero, raça, localização geográfica, composição familiar, condições de moradia dentre outros.
- Coletar dados e analisar o contexto social e comunitário em que vivem crianças e adolescentes, incluindo a escola, os vizinhos, a comunidade, os recursos/equipamentos públicos disponíveis no local.
- Buscar dados e informações relativos à situação escolar como: frequência, desempenho, abandono escolar etc.
- Identificar registros de situações de risco, violência, abuso, negligência ou outras vulnerabilidades enfrentadas.
- Avaliar o acesso a direitos essenciais, como disponibilidade e qualidade de serviços de saúde, educação, lazer, assistência social, dentre outros.
- Identificar e analisar ações e políticas públicas municipais existentes e destinadas a

garantir o pleno desenvolvimento da criança e do adolescente.

- Avaliar o funcionamento da rede de Atendimento e Proteção (órgãos e profissionais) a criança e adolescente no município.
- Prestar assessoria técnica para elaboração do Planejamento de Ações e políticas públicas mais eficazes e adequadas às necessidades da população infantil e adolescente do município.

Metodologia:

Por se tratar de estudo exploratório, comparativo e transversal, com abordagem metodológica quanti-qualitativa e documental, serão utilizados procedimentos e etapas distintas que envolve a coleta e análise de dados sobre a situação socioeconômica, de saúde, educação e proteção de crianças e adolescentes, com vistas a identificar problemas e necessidades, além de orientar o planejamento e implementação de políticas públicas. A abordagem metodológica incluirá coleta de dados estatísticos, análise de documentos, entrevistas, observações, grupos focais, e a elaboração de relatório com as conclusões e recomendações.

Como forma de qualificar o levantamento de dados e informações serão realizadas atividades de sensibilização, entrevistas individuais com técnicos e representantes das redes de atendimento de educação, saúde e assistência social, grupos focais e levantamento de dados estatísticos.

Em primeiro lugar, a coleta terá por base os dados e informações que serão solicitadas ao setores vinculados à rede de serviços de proteção à criança e adolescente, tais como: Conselho Tutelar (CT), Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA), Secretaria Municipal de Assistência Social (SEMAS) Secretaria Municipal de Saúde (SMS), Secretaria Municipal de Educação (SEMEC), Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), Centro de Referência Especializada de Assistência Social (CREAS).

Na sequência, serão coletados dados secundários junto às bases oficiais, entre eles: IBGE/PNADc, Censo Escolar da Educação Básica (MEC/INEP), Dados Nacionais de Segurança Pública (SINESP), da Assistência Social (Cadastro Único e Registro Mensal de Atendimentos – RMA) e da Saúde (Sistema de Informação de Agravos de Notificação – SINAN, SINASC – Sistema de Informações sobre nascidos vivos, e Sistema de Informação em Saúde para a Atenção Básica – SISAB) e Censo SUAS: O Censo do Sistema Único de Assistência Social. Para fins de análise comparativa, serão coletados dados secundários de 2020, 2021, 2022, 2023 e 2024.

A coleta de dados primários será realizada com o objetivo de compreender, de forma aprofundada, a realidade social da criança e do adolescente no município de Tangará da Serra. Além desse público-alvo, também serão abordados técnicos e técnicas que trabalham nos equipamentos socioassistenciais, CRAS, CREAS, CAPS etc., e profissionais que atuam na Rede de proteção e apoio. Nesta etapa, serão utilizadas técnicas que possibilitem a escuta direta dos profissionais, gestores, técnicos e servidores correlatos aos serviços de atendimento, garantindo que suas percepções, necessidades e potencialidades sejam consideradas no processo do diagnóstico. Serão empregadas as seguintes técnicas metodológicas: Entrevistas semiestruturadas: serão abordados familiares, liderança comunitária, adolescentes, representantes de instituições locais e outros atores sociais relevantes.

Grupos focais: encontros com profissionais da área, com crianças, adolescentes e pais residentes no município, para discutir questões relacionadas à localidade, às políticas públicas e às condições de vida da criança e do adolescente.

Observação direta: visitas de campo com registros descritivos da dinâmica da localidade, das condições de infraestrutura, presença/ausência de equipamentos sociais.

Aplicação de questionários: por amostragem, nos domicílios que possuam crianças e adolescentes, identificados no CADÚNICO, com perguntas fechadas e abertas, voltadas à coleta de dados sociodemográficos, acesso a serviços e percepção dos sujeitos sobre

problemas e demandas locais.

Todo o processo respeitará os princípios éticos da pesquisa social, assegurando o consentimento livre e esclarecido dos participantes e a confidencialidade das informações.

Para a execução das atividades relacionadas ao diagnóstico municipal dos grupos populacionais de interesse, será necessário montar duas equipes: a equipe técnica e a equipe de campo. Profissionais de diferentes expertises e perfis irão compor a equipe técnica, ou seja, cientista social, estatístico, digitadores, psicólogos etc. Já a equipe de campo, será formada por recenseadores, técnico de campo, e articulador comunitário. Estas equipes dialogarão constantemente e terão a orientação de uma coordenadora geral.

Os resultados serão apresentados preliminarmente, para a comunidade e especialistas locais para validação em Oficina Consultiva, de modo a garantir que as percepções da população sejam consideradas e que os dados reflitam a realidade. Também serão analisados à luz da estrutura dos fluxos de atendimentos nos equipamentos públicos e na qualidade dos recursos humanos disponíveis no município. Adicionalmente, será produzido material orientativo para implementação de ações que subsidiem a construção de Políticas Públicas para crianças e adolescentes no município de Tangará da Serra MT. A seguir, estão descritas as atividades que comporão esse trabalho de diagnóstico.

Relação das atividades a serem executadas:

1. Reunião para alinhamento com membros da Secretaria Municipal de Assistência Social, Conselhos de Direitos, gestores e demais assistentes para definir procedimentos técnicos, formalização da comissão e aprovação de cronograma.
2. Pesquisa documental das leis normativas relatórios de conferências anteriores em âmbito municipal, protocolos e fluxos dentre outros.
3. Definir Mapa geográfico e áreas urbanas, rurais e indígenas a serem investigadas neste estudo.
4. Elaboração de instrumentos para coleta e organização dos dados (roteiros de entrevistas, questionários de observação, planilhas etc.), definição metodológica, técnicas de abordagem e instrumentos.
5. Apresentação da metodologia do trabalho a ser desenvolvido, identificação das comunidades locais, pactuação de compromissos e responsabilidades do município, dos pesquisadores e conselheiros.
6. Capacitação da equipe responsável pela coleta de dados para garantir que compreendam os objetivos do estudo e a importância de abordar as questões específicas com sensibilidade.
7. Coleta de Dados secundários junto às bases oficiais.
8. Organização e análise dos dados coletados com identificação de padrões e tendências, com aplicação de ferramentas estatísticas e geográficas.
9. Realização de Oficinas consultivas com técnicos da rede e com dirigentes de serviços e instituições relacionados à criança e adolescente solicitando feedback e sugestões para ajustes nos resultados apurados.
10. Apresentação de Relatórios Parciais da execução cada etapa do estudo.
11. Levantamento de dados primários que serão coletados por meio de entrevistas, aplicação de questionários e escuta ativa etc., junto ao público-alvo deste estudo.
12. Escolha e apuração dos Indicadores relevantes para delinear o perfil da criança e do adolescente no município de Tangará da Serra.
13. Sistematização e compilação dos resultados, com vistas a identificar possíveis vulnerabilidades da criança e do adolescente.
14. Levantamento das ações de atenção voltados à criança e adolescente no âmbito municipal e análise conjunta dos problemas e das potencialidades do município de Tangará da Serra.
15. Elaboração do documento “Diagnóstico Situacional da criança e do adolescente no município de Tangará da Serra MT”.
16. Divulgação do Diagnóstico junto a autoridades municipais, organizações da sociedade civil e a população em geral.



17. Entrega do Relatório Final.

1ª ETAPA	Mês 1	Mês 2	Mês 3	Mês 4	Mês 5	Mês 6	Mês 7	Mês 8	Mês 9	Mês 10	Mês 11	Mês 12	Mês 13	Mês 14	Mês 15
Reunião de alinhamento CMAS															
Formalizar de Comissão															
Especificar atribuições da comissão.															
Pesquisa documental (município)															
Definir mapa geográfico e áreas urbanas, rurais e indígenas a serem abordadas neste estudo.															
Aprovação do cronograma de trabalho.															
Treinamento/Preparação da equipe															
Comunicação à sociedade sobre o início do trabalho de Diagnóstico.															
Relatório preliminar															

2ª ETAPA	Mês 1	Mês 2	Mês 3	Mês 4	Mês 5	Mês 6	Mês 7	Mês 8	Mês 9	Mês 10	Mês 11	Mês 12	Mês 13	Mês 14	Mês 15
Elaboração de instrumentos de coleta (roteiros de entrevistas, questionários de observação, planilhas etc.)															
Oficina para preparação da equipe técnica, Conselheiros etc.															
Coletar dados secundários (IBGE, MDS/SUAS/SAGI, CadÚnico)															
relacionar serviços e programas existentes no município aos dados levantados															
Quadro inicial de hipóteses															
Sistematizar territórios críticos (bairros ou distrito) MAPA															
Extraír indicadores de violências contra Criança e Adolescente															
Análise SWOT															
Oficina Consultiva p/ validação de dados															
Elaboração de Relatório parcial															



3ª Etapa	Mês 1	Mês 2	Mês 3	Mês 4	Mês 5	Mês 6	Mês 7	Mês 8	Mês 9	Mês 10	Mês 11	Mês 12	Mês 13	Mês 14	Mês 15
Levantar dados e informações primários															
Coletar informações da incidência de crimes e violações de direitos contra a Criança e Adolescente															
Escolha de Indicadores para traçar o perfil da criança e do adolescente															
Oficina Consultiva, grupos focais etc.															
Elaborar Relatório da etapa 3															

4ª Etapa	Mês 1	Mês 2	Mês 3	Mês 4	Mês 5	Mês 6	Mês 7	Mês 8	Mês 9	Mês 10	Mês 11	Mês 12	Mês 13	Mês 14	Mês 15
Análise das entrevistas com profissionais da rede.															
Reunião de diálogos sobre resultados obtidos e proposta de melhorias na capacidade de ação do município															
Encaminhamento das Propostas de Ação ao Conselho Municipal para aprovação final.															
Divulgação e discussão das propostas em espaços públicos como: Seminário etc.															
Elaboração do Relatório Final.															



Proposta: Diagnóstico Socioterritorial do Trabalho Infantil no município de Tangará da Serra MT

Introdução:

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) é um marco histórico na conquista de garantia de direitos das crianças e adolescentes no Brasil. A partir dele, diversos avanços em políticas públicas nesta área foram possíveis, porém, ainda existem grandes desafios na consolidação do Sistema de Garantias de Direitos de Crianças e Adolescentes. Nesse contexto, está o Trabalho Infantil enquanto fenômeno multidimensional que envolve causas econômicas, culturais e políticas e exige esforços e ações redobradas para eliminar todas as formas de trabalho infantil. Essa prática, além de violar os direitos fundamentais da infância, compromete o desenvolvimento físico, emocional e educacional dos menores. Apesar da existência de leis que proíbem e combatem essa situação, o trabalho infantil ainda persiste, impulsionado por fatores como a pobreza, a desigualdade social, a falta de acesso à educação e a negligência do poder público. Compreender as causas, consequências e formas de combate ao trabalho infantil é essencial para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária. Dados mais recentes sobre o trabalho infantil no Brasil, referentes ao ano de 2023, indicam uma redução significativa, atingindo o menor nível desde o início da série histórica em 2016, conforme a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua) do IBGE. Apesar da redução significativa no número de crianças e adolescentes em situação de trabalho infantil em 2023, o país ainda enfrenta desafios importantes, especialmente nas piores formas de trabalho infantil e nas desigualdades regionais. O Sistema Único de Assistência Social (SUAS), possui um papel importante no enfrentamento do trabalho infantil e na organização das estratégias para esse enfrentamento, junto as demais políticas públicas. Através do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI) que se encontra no âmbito da Gestão do SUAS e por meio de sua rede de serviços, milhares de famílias podem ser acompanhadas, com resultados significativos na garantia de direitos e qualidade de vida. Entretanto, sem um diagnóstico consistente e atualizado não é possível embasar a definição dessas políticas já que cada município tem suas particularidades sociais, econômicas e culturais. O diagnóstico socioterritorial permitirá compreender onde o trabalho infantil está mais presente, se zona urbana ou rural, em que setores ocorre como por exemplo, comércio, agricultura, serviços domésticos etc. e qual o perfil das crianças e adolescentes afetados. Outro fator relevante é que o diagnóstico está alinhado com o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e a Agenda 2030 da ONU (ODS 8.7).

Neste sentido, propomos a elaboração e execução de diagnóstico socioterritorial, no município de Tangará da Serra MT, objetivando identificar o fenômeno Trabalho Infantil (TI), características, causas e consequências, de modo que contribua para a elaboração da Política Municipal a favor dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes.

Objetivo Geral:

- Realizar diagnóstico socioterritorial identificando causas, consequências e características do trabalho infantil no município de Tangará da Serra MT.

Objetivos específicos:

- Levantar dados relativos à população total e faixa etária, com foco em 05 a 17 anos, gênero, raça, localização geográfica, condições de vida, saúde, educação, composição familiar, dentre outros, no município de Tangará da Serra.
- Levantar dados sobre a rede de serviços e apoio existente no município, como escolas, CRAS, CREAS, Conselho Tutelar etc.
- Identificar fatores sociais, econômicos e ambientais que evidenciam o trabalho infantil em Tangará da Serra MT.
- Identificar incidência de trabalho infantil nas ruas, no comércio, em feiras

-
- públicas, nas atividades agrícolas, nas moradias etc.
 - Identificar grupos de crianças e adolescentes mais vulneráveis e regiões com maior incidência de trabalho infantil no município de Tangará da Serra.
 - Apresentar dados quantitativos do Trabalho Infantil que retratem número de crianças e adolescentes em situação de TI; faixa etária mais afetada, setores onde atuam (informal, doméstico etc.), relação com a evasão escolar, acidentes de trabalho e outros riscos, crianças que sofreram violência; tipos de violência evidenciado.
 - Demonstrar a situação da Rede de Proteção às Crianças e Adolescentes do município de Tangará da Serra.
 - Elaborar informações e prestar assessoria técnica para elaboração de plano de ação de prevenção e erradicação do trabalho infantil no município.

Metodologia:

Por se tratar de estudo exploratório, comparativo e transversal, com abordagem metodológica quanti-qualitativa e documental, serão utilizados procedimentos e etapas distintas que envolve análise documental da produção municipal acerca das políticas voltadas a crianças e adolescentes, coleta e análise de dados secundários e primários.

Como forma de qualificar o levantamento de dados e informações serão realizadas atividades de sensibilização, entrevistas individuais com técnicos e representantes das redes de atendimento, educação, saúde e assistência social, grupos focais e levantamento de dados oficiais.

Em primeiro lugar, a coleta terá por base o levantamento de dados da Rede de Proteção e Enfrentamento, equipamentos públicos existentes (CRAS, CREAS, Conselho Tutelar, escolas etc.), programas e ações já desenvolvidas no município, lacunas e desafios enfrentados pela rede. Para fins de análise comparativa, serão coletados dados secundários de 2020, 2021, 2022, 2023 e 2024. As fontes de dados utilizadas serão IBGE, CadÚnico, escolas, conselhos tutelares, CRAS, CREAS etc. A coleta de dados primários será realizada com o objetivo de compreender, de forma aprofundada, a realidade social da criança e do adolescente, e evidências de trabalho infantil no município de Tangará da Serra. Além desse público-alvo, também serão abordados técnicos e técnicas que trabalham nos equipamentos socioassistenciais, CRAS, CREAS, CAPS etc., e representantes da Rede de proteção e apoio.

Na coleta de dados primários serão aplicadas questionários, entrevistas, visitas técnicas, escuta de crianças, famílias e comunidade, de modo a garantir que suas percepções sejam consideradas neste diagnóstico. A seguir, descrevemos as principais técnicas metodológicas que serão utilizadas:

Questionários estruturados, semiestruturados; Entrevistas; Registro fotográfico. Busca ativa em locais públicos; visitas domiciliares; visita a locais de atendimento; visitas a entidades, instituições; escolas; projetos sociais etc.

Grupos focais: encontros com grupos e profissionais de áreas específicas para discutir coletivamente questões relacionadas ao Trabalho Infantil e condições de vida de crianças e adolescentes das localidades.

Todo o processo respeitará os princípios éticos da pesquisa social, assegurando o consentimento livre e esclarecido dos participantes e a confidencialidade das informações.

Para a execução das atividades relacionadas ao diagnóstico socioterritorial, será necessário montar duas equipes: a equipe técnica e a equipe de campo. Profissionais de diferentes expertises e perfis irão compor a equipe técnica, ou seja, cientista social, estatístico, digitadores, pedagogos etc. Já a equipe de campo, será formada por recenseadores, técnico de campo, e articulador comunitário. Estas equipes dialogarão constantemente e terão a orientação de um coordenadora geral.

A análise dos dados será a etapa em que os dados serão sistematizados, agrupados e transformados em gráficos, tabelas e planilhas. Fará parte dessa etapa a leitura reflexiva dos dados que serão coletados para que seja possível uma ampla compreensão da incidência e situação do trabalho infantil e possíveis nexos causais. Os resultados serão

apresentados preliminarmente, para a comunidade de especialistas locais para validação em grupos focais, de modo a garantir que as percepções da população sejam consideradas e que os dados reflitam a realidade. Os resultados encontrados ainda serão analisados à luz da estrutura dos fluxos de atendimentos nos equipamentos públicos e na qualidade dos recursos humanos disponíveis no município. Adicionalmente, será produzido material orientativo para implementação de ações que subsidiem a construção de Políticas Públicas para crianças e adolescentes, e erradicação do trabalho infantil no município de Tangará da Serra MT. A seguir, estão descritas as atividades que serão executadas:

1. Reunião para alinhamento com membros da Secretaria Municipal de Assistência Social, Conselho de Direitos da Criança e do Adolescente, Conselho Tutelar, gestores e demais assistentes para definição e elaboração de cronograma de trabalho.
2. Pesquisa documental de relatórios de conferências anteriores em âmbito municipal, protocolos e fluxos dentre outros.
3. Elaboração de instrumentos para coleta e organização dos dados (roteiros de entrevistas, questionários de observação, planilhas etc.), definição metodológica, técnicas de abordagem e instrumentos.
4. Apresentação da metodologia do trabalho a ser desenvolvido, identificação das comunidades locais, pactuação de compromissos e responsabilidades do município, dos pesquisadores e conselheiros.
5. Capacitação da equipe responsável pela coleta de dados para garantir que compreendam os objetivos do projeto e a importância de abordar as questões específicas com sensibilidade.
6. Coleta de Dados secundários junto às bases oficiais.
7. Organização e análise dos dados coletados com identificação de padrões e tendências, com aplicação de ferramentas estatísticas e geográficas.
8. Realização de Oficinas consultivas com técnicos da rede de serviços, com dirigentes de serviços e instituições relacionados à atenção de crianças e adolescentes solicitando feedback e sugestões para ajustes nos resultados apurados.
9. Apresentação de Relatórios Parciais da execução cada etapa do estudo.
10. Levantamento de dados primários que serão coletados por meio de entrevistas, observação, aplicação de questionários e escuta ativa etc.
11. Definição e apuração de Indicadores relevantes para caracterizar a Situação do Trabalho Infantil no município de Tangará da Serra.
12. Sistematização e compilação dos resultados.
13. Elaboração do documento “Diagnóstico socioterritorial do trabalho infantil no município de Tangará da Serra MT”.
14. Divulgação do Diagnóstico junto a autoridades municipais, organizações da sociedade civil e a população em geral.
15. Entrega do Relatório Final.

Cronograma das atividades

1ª ETAPA	Mês 1	Mês 2	Mês 3	Mês 4	Mês 5	Mês 6	Mês 7	Mês 8	Mês 9	Mês 10	Mês 11	Mês 12	Mês 13	Mês 14	Mês 15
Reunião de alinhamento CMAS															
Formalizar de Comissão															
Especificar atribuições da comissão.															
Pesquisa documental das ações existentes															
Definir mapa geográfico e áreas urbanas e rurais a serem abordadas neste estudo.															
Aprovação do cronograma de trabalho.															
Treinamento/Preparação da equipe															
Comunicação à sociedade sobre o início do trabalho de Diagnóstico.															
Relatório preliminar															

2ª ETAPA	Mês 1	Mês 2	Mês 3	Mês 4	Mês 5	Mês 6	Mês 7	Mês 8	Mês 9	Mês 10	Mês 11	Mês 12	Mês 13	Mês 14	Mês 15
Elaboração de instrumentos de coleta (roteiros de entrevistas, questionários de observação, planilhas etc.)															
Oficina para preparação da equipe técnica, Conselheiros etc.															
Coletar dados secundários (IBGE, MDS/SUAS/SAGI, CadÚnico)															
relacionar serviços e programas existentes no município (Saúde, Assistência Social, Educação etc.)															
Formular quadro inicial de hipóteses															
Analisar informações e identificar territórios críticos (bairros ou distrito) MAPA															
Oficina Consultiva p/ validação de dados															
Elaboração de Relatório parcial															

3ª ETAPA	Mês 1	Mês 2	Mês 3	Mês 4	Mês 5	Mês 6	Mês 7	Mês 8	Mês 9	Mês 10	Mês 11	Mês 12	Mês 13	Mês 14	Mês 15
Coletar dados primários															
Apurar indicadores															
Sistematização dos dados															
Oficina Consultiva para validação dos dados															
Elaborar Relatório da etapa 3															

4ª ETAPA	Mês 1	Mês 2	Mês 3	Mês 4	Mês 5	Mês 6	Mês 7	Mês 8	Mês 9	Mês 10	Mês 11	Mês 12	Mês 13	Mês 14	Mês 15
Análise comparativa de entrevistas com profissionais da rede de atendimento.															
Reunião de diálogos sobre resultados obtidos e proposta de melhorias na capacidade de ação do Município.															
Encaminhamento das Propostas de Ação para Conselho Municipal para aprovação final.															
Divulgação e discussão do estudo em espaços públicos como: Seminário etc.															
Elaboração do Relatório Final.															





VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: AAB4-4FBD-9489-B72A

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



VANDER ALBERTO MASSON (CPF 432.XXX.XXX-20) em 02/10/2025 11:21:53 GMT-04:00

Papel: Parte

Emitido por: AC SERASA RFB v5 << AC Secretaria da Receita Federal do Brasil v4 << Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v5
(Assinatura ICP-Brasil)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://tangeradaserra.1doc.com.br/verificacao/AAB4-4FBD-9489-B72A>